

***COMUNIDADE INTEGRADA?
PORTUGUESES EM FRANÇA (1980 / 2000)***

Jorge Portugal Branco

Trabalho realizado no âmbito do
Seminário Internacional “Memórias e
Migrações” Fafe, 5 – 9 Julho de 2007

**PARIS
2007**

INDICE

1	Introdução	4
1.1	Temas	4
1.2	O Recurso À Estatística	5
1.3	Fontes	5
2	Portugueses Residentes Em França Durante O Seculo Xx.....	7
2.1	Fluxos Migratórios	7
2.2	Aquisições De Nacionalidade Francesa	9
2.3	Evolução Recente	11
2.4	Distribuição Por Sexos	13
3	Os Idosos Da Comunidade	21
4	População Activa E Taxas De Actividade.....	25
4.1	Análise	26
4.2	Comentário	28
5	Desempregados E Taxas De Desemprego.....	30
5.1	Análise	32
5.2	Comentário	34
6	Categorias Socioprofissionais: Distribuição E Mobilidade.....	37
6.1	Nomenclatura Das Categorias Socioprofissionais E Subcategorias Que As Integram.....	37
6.2	A Comunidade Portuguesa, As Suas Componentes E As Outras Populações Activas.....	39
6.3	<i>Comentário</i>	52
7	Sectores De Actividade Economica: Distribuição E Mobilidade.....	55
7.1	Nomenclatura Dos Sectores De Actividade Económica (4), Níveis (15) E Estratos (36) Que As Integram	55
7.2	A Comunidade E As Suas Componentes	57
7.3	Comentário	63
8	Conclusão	66

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Portugueses em França 1921 – 1999.....	7
Gráfico 2: Portugueses naturalizados: 1968 – 1999.....	9
Gráfico 3: Evolução demográfica da comunidade portuguesa durante a década de 90: grupos quinquenais (dos 0 aos 90 anos e mais).....	11
Gráfico 4: Comunidade portuguesa distribuída por sexo.....	13
Gráfico 5: Portugueses mononacionais distribuídos por sexo.....	14
Gráfico 6: Portugueses naturalizados distribuídos por sexo.....	14
Gráfico 7: Portugueses recém-chegados distribuídos por sexo e idade.....	15
Gráfico 8: Comunidade portuguesa distribuída por idades.....	16
Gráfico 9: Portugueses mononacionais distribuídos por idades.....	17
Gráfico 10: Portugueses naturalizados distribuídos por idades.....	18
Gráfico 11: Fração jovem da comunidade.....	19
Gráfico 12: Jovens Portugueses mononacionais: distribuição por sexo e idades	20
Gráfico 13: Jovens mononacionais: distribuição por sexo e idades.....	20
Gráfico 14: “Idosos” na comunidade portuguesa: componentes e grupos etários.....	21
Gráfico 15: Taxas de actividade: comparativo dos grupos quinquenais (ordem crescente 1/11) distribuídos por sexo.....	25
Gráfico 16: População Activa Total, Franceses, Portugueses e Estrangeiros.....	26
Gráfico 17 : Portugueses Mononacionais, Binacionais, Franceses por naturalização: taxas de actividade dos +65, dos 15/19 e global.....	27
Gráfico 18: Comparativo Comunidade e suas componentes, ordenados por grupos quinquenais (de 1 a 10).....	30
Gráfico 19: Portugueses Mononacionais, Binacionais, Franceses de raiz: taxas de desemprego dos +60, dos 15/19 e global.....	32
Gráfico 20: Portugueses Mononacionais, Binacionais, Franceses de raiz e por naturalização: taxas de desemprego dos +60, dos 15/19 e global.....	33
Gráfico 21: Comunidade Portuguesa: recém chegados, mononacionais e binacionais distribuídos por Categorias Sócio-Profissionais.....	39
Gráfico 22: Evolução dos mononacionais por Categorias Sócio-Profissionais (1982/1990/1999).....	40
Gráfico 23: Categorias Sócio-Profissionais: comparativo entre População Total, Portugueses, Franceses e estrangeiros.....	52
Gráfico 24: Distribuição por sectores de actividade económica: comparativo entre comunidade portuguesa, recém chegados, mononacionais e binacionais.....	57
Gráfico 25: Distribuição por sectores de actividade económica: evolução da comunidade (1982/1990/1999).....	58
Gráfico 26: Sectores de actividade económica: comparativo entre população total, portugueses, franceses e estrangeiros.....	63

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMAS

Pretende-se com este trabalho abordar a caracterização da população portuguesa residente em França, durante o século XX, dando especial ênfase à temática do envelhecimento desta população e as suas consequências.

Numa segunda análise, de índole socio-económica, procede-se à caracterização desta população activa bem como a sua evolução durante as últimas décadas do século XX. O período em destaque corresponde ao período de adesão de Portugal à União Europeia e consequente liberdade de instalação e mobilidade dos portugueses no conjunto do território francês.

Pela primeira vez, foi possível obter dados estatísticos relativos à fracção binacional, que viabilizam uma análise comparativa permitindo deste modo, a detecção de eventuais discrepâncias revelando diferenças de nível nos respectivos processos de integração.

Prende-se a esta análise a contextualização económica francesa e a abordagem comparativa com o conjunto da população activa deste país e as suas diversas componentes: franceses (naturais e naturalizados) e estrangeiros.

É objectivo do autor fornecer dados concretos e interpretações factuais, dessa *outra parte de nós próprios* que são os emigrantes portugueses tão frequentemente esquecidos.

Não se pretende desta análise a reflexão sobre o conteúdo ou a pertinência científica da utilização das noções de “comunidade portuguesa”, “lusodescendência” e “integração”, estas são apenas utilizadas e deverão ser percebidas na sua simples acepção comum.

1.2 O RECURSO À ESTATÍSTICA

Quando se procede à análise de uma população tão importante do ponto de vista numérico com o objectivo de conhecer as suas características gerais e evolução espaço-temporal, o instrumento estatístico permite evitar estereótipos e proporciona uma visão global, que ultrapassa a simples e aleatória soma dos casos particulares.

Não significa isto que as metodologias qualitativas sejam imperfeitas: o método quantitativo oferece a possibilidade de traçar as linhas principais da caracterização da população de referência no plano macro social e faculta um conhecimento que pode e deve ser posteriormente completado com as diversas técnicas qualitativas, inquéritos, entrevistas, observação participante, etc., que permitem um acompanhamento aprofundado dos indivíduos e da sua interacção social.

1.3 FONTES

Por opção metodológica determinada pela fiabilidade científica e pela estabilidade das tipologias, bem como pela própria formação do autor, os dados apresentados provêm dos resultados dos diversos Censos da População realizados em França pelo Institut National des Statistiques et des Etudes Economiques (INSEE), que são prática recorrente em França partindo da iniciativa de diversas instituições públicas (ministérios do Interior, dos Assuntos Sociais e do Trabalho): Os mesmos organismos que desde 1992 admitem existir uma diferença fundamental entre as respectivas contabilidades administrativas (número de estrangeiros titulares de autorizações de residência, de afiliados na segurança social, etc.) e os resultados do Censo da População, de maior credibilidade científica, e que permitem constituir uma base de dados, simultaneamente mais próxima da realidade e mais detalhada.

A questão das fontes estatísticas tem a maior importância estratégica para Portugal, pois o funcionamento em sinergia dos elementos potencialmente disponíveis na rede consular (cada Consulado dispõe de elementos caracterizadores da totalidade dos inscritos, tais como a autarquia de origem e a localidade de residência, a idade, o sexo, a actividade profissional), não se encontra ainda operacional.

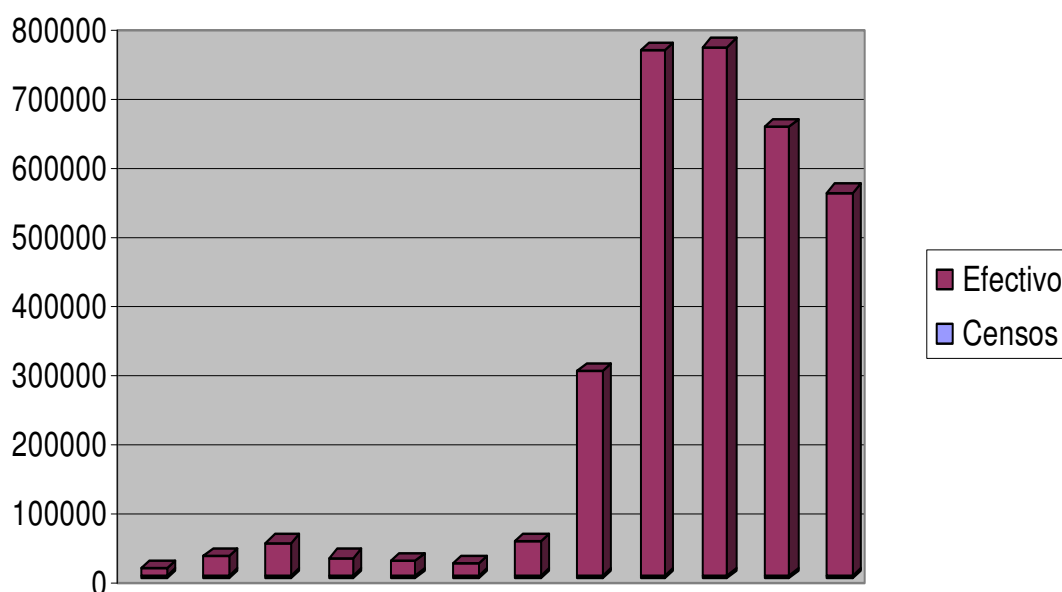
Enquanto não for criada essa estrutura, o nosso país continuará desprovido de fontes próprias, ficando na dependência das diversas fontes estrangeiras e respectivas tipologias: nada indica que a binacionalidade, por exemplo, exista, ou siga as mesmas regras na Alemanha, no Brasil, nos Estados Unidos, ou na República da África do Sul, quando são estes, na realidade, os resultados que o referido canal diplomático colecta e transmite para Portugal, e que neles se baseia para estimar o efectivo global das comunidades portuguesas disseminadas pelo mundo.

2 PORTUGUESES RESIDENTES EM FRANÇA DURANTE O SECULO XX

2.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS

Embora seja próprio à natureza humana a deslocação em busca de melhores condições de vida, o efectivo formado pelos portugueses radicados em França durante as duas primeiras décadas do século XX, era diminuto. Esta realidade é observável nos censos de 1901, 1906 e 1911 em que o numero dessa presença não é suficiente para a abertura de uma categoria própria acabando por constar na rubrica “diversos”.

Gráfico 1: Portugueses em França 1921 - 1999



Fonte: INSEE, Censos Gerais da população de 1921 a 1999

Como é sabido, Portugal participou na Primeira Guerra Mundial com um Corpo Expedicionário de 20.000 homens, comandado pelo General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, que combateu nas Ardenas e, em particular, na Batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918.

A grande maioria dos sobreviventes permaneceu em França, onde frequentemente os respectivos cônjuges e descendentes vieram instalar-se, fluxo reforçado ainda pela premente necessidade de mão-de-obra no sector agrícola, dizimado pela Grande Guerra: esta conjugação de factores explica a presença de 11 000 Portugueses no território francês em 1921, efectivo que triplicaria 5 anos depois, passando a 49 000 no fim da década.

Os anos 30 traduzem um esforço feito pelo Estado Novo no sentido do povoamento das “províncias ultramarinas” e do desenvolvimento dos fluxos migratórios transoceânicos portugueses, que irão crescer exponencialmente até à década de 50. Nessa altura, os grandes países de acolhimento situam-se no continente americano: Estados Unidos, Canadá, Brasil, e Venezuela.

Durante essa década, a França atravessa uma importante crise social e económica. O posterior arrastamento do Hexágono para a Segunda Guerra Mundial e a difícil travessia de Espanha, assolada pela guerra civil: entre 1931 e 1946, constituem um factor explicativo da interrupção dos fluxos migratórios portugueses e a consequente quebra registada do número de efectivos portugueses residentes em França para metade.

Após a Segunda Guerra Mundial, a França entra num regime acelerado de reconstrução e de ordenamento do território, com a correlativa intensificação dos fluxos migratórios e, particularmente, com a crescente chegada de portugueses, 20 000 em 1954, 50 000 em 1962, 296 000 em 1968 e 759 000 em 1975. Em duas décadas, o número dos portugueses radicados em França aumentou 38 vezes.

Com o encerramento das fronteiras francesas à emigração em 1973, o fluxo de portugueses muda de natureza: redução do número de primo migrantes, compensada na década seguinte pelo importante afluxo das famílias, vindas através do canal do reagrupamento família, e pelo início dos nascimentos no território francês: 765 000 portugueses residiam em França em 1982.

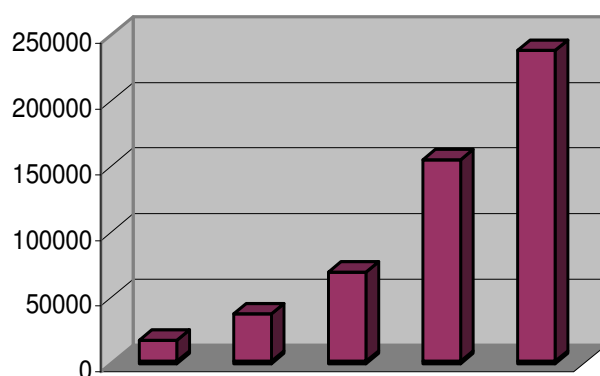
Desde então, pelo efeito conjugado da sensível redução dos fluxos migratórios, do envelhecimento natural da população e dos regressos a Portugal, assiste-se a uma não renovação da população portuguesa de França, cujo efectivo tem vindo a diminuir: 649 000 em 1990 e 555 000 em 1999.

2.2 AQUISIÇÕES DE NACIONALIDADE FRANCESA

Até 1994, a lei atribuía automaticamente a nacionalidade francesa aos jovens estrangeiros nascidos no seu território, e que nele tivessem residido ininterruptamente entre os 13 e os 18 anos, e cujos ascendentes nele residissem legalmente.

Este princípio do “direito do solo”, conjugado com o direito de aquisição da nacionalidade por casamento misto, acrescidos ainda os diversos percursos e motivos individuais que levaram compatriotas nossos a tornarem-se franceses, propiciaram a existência de uma crescente população, constituída pelos “franceses por aquisição, anteriormente portugueses”. De assinalar que, até Dezembro de 1982, a aquisição da nacionalidade francesa acarretava a perda, automática, da nacionalidade portuguesa, situação alterada pela actual Lei da Nacionalidade, em aplicação desde 1983.

Gráfico 2: Portugueses naturalizados: 1968 – 1999



Fonte: INSEE, Censos gerais da população de 1968, 1975, 1982, 1990 e 1999

A primeira quantificação desta população, dita “de origem portuguesa”, surge no Censo Geral de 1968 cujo efectivo se eleva a 16 000 pessoas, passando a 36 000 no período do 25 de Abril de 1974, para ascender a 68 000 a 1 de Janeiro de 1983, data da entrada em aplicação da nova Lei da nacionalidade Portuguesa, que apenas prevê a perda de nacionalidade mediante declaração oficial de repúdio do interessado.

O número de portugueses que adquiriram a nacionalidade francesa tem continuado a aumentar, com 153 000 em 1990 e 236 000 em 1999, dos quais 120 000 já nascidos em território francês.

Existe uma desproporcionalidade relativa entre o efectivo de jovens portugueses dotados da capacidade de obter a nacionalidade francesa e aqueles que o fazem efectivamente. Durante o ano de 2005, sendo o grupo de estrangeiros mais elevado numericamente, estes jovens foram apenas os quintos a fazê-lo elevando-se esse numero a 3 016 indivíduos, precedidos pelos argelinos (20 637), marroquinos (20 002), tunisinos (6 004), e turcos (5 170), grupos com presença no território numericamente inferior.

Esta situação, patente desde os anos 80, frequentemente explicada por certos investigadores franceses como uma forma de contornar a obrigatoriedade do serviço militar em França. Esta hipótese, na nossa opinião é errada e não tem base de sustentação, dado que a abolição da mesma obrigação cívica não acarretou uma melhor adequação entre potenciais e efectivos naturalizados, nem um aumento significativo dos pedidos desde 1994, altura em que a obtenção da nacionalidade francesa deixou de ser automática e passou a requerer diversas formalidades administrativas, embora simplificadas.

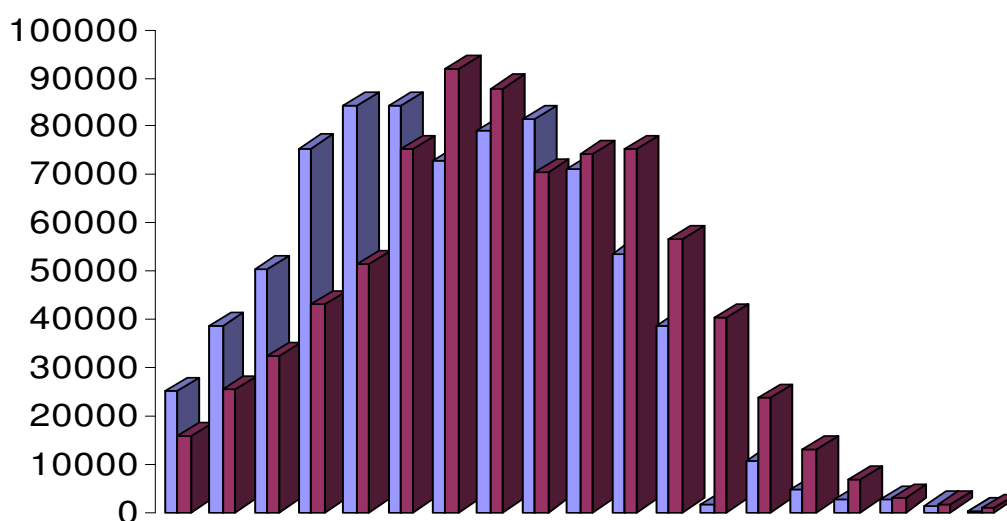
Se as leis e códigos da nacionalidade mudaram nos dois países ao longo da segunda metade do século XX, a população permaneceu obviamente constante: independentemente de terem ou não adquirido a nacionalidade francesa, os emigrantes vindos de Portugal e os seus filhos, dos quais uma crescente fracção nasceu já em França, integram indiscutivelmente a comunidade portuguesa, do ponto de vista demográfico.

Segundo uma perspectiva demográfica, entendemos na presente análise, por comunidade portuguesa, a população que reúne os Portugueses recenseados nessa qualidade e aqui designados por mononacionais e os « franceses por naturalização, anteriormente portugueses » (*sic INSEE*), correntemente designados por binacionais e no presente estudo por naturalizados.

2.3 EVOLUÇÃO RECENTE

Em 1999, a comunidade portuguesa ascendia a 788.683 pessoas, quando em 1990 o efectivo era de 798.837¹

Gráfico 3: Evolução demográfica da comunidade portuguesa durante a década de 90: grupos quinquenais (dos 0 aos 90 anos e mais)



Fonte: INSEE, Censos Gerais da População 1999 e 1990

Uma análise detalhada demonstra que, se o saldo global é negativo (-10.154), diversas evoluções heterogéneas decorreram durante essa década:

- O efectivo dos mononacionais diminuiu de 645.578 pessoas, para 553.663 (-14%)
- O efectivo dos naturalizados aumentou de 153.259 pessoas, para 235.074 (+53%)
- Durante essa década, 49.882 portugueses vieram instalar-se em França.

¹ O volume global de casamentos mistos decorridos entre 1990 e 1999 ronda os 32.000 (INSEE, RP 99) Valor confirmado pelo efectivo dos agregados familiares, contando, no mínimo, um mononacional português, que reuniam na mesma altura 778.256 pessoas, sendo a diferença devida a casamentos com estrangeiros não franceses.

Nesta perspectiva, a quebra real do efectivo dos mononacionais radicados em França durante a década de 90, é de 141.797 indivíduos, em resultado dos efeitos conjugados entre as aquisições de nacionalidade francesa, dos regressos a Portugal e da mortalidade:

- Entre 1990 e 1999, 52.462 Portugueses adquiriram a nacionalidade francesa²
- O fluxo dos regressos a Portugal, oriundos de França, durante a década de 90, rondou uma média anual de 6.500 mononacionais, parecendo repercutir-se nos diversos grupos etários, estatutos socioprofissionais e situações de nacionalidade.³
- Numa projecção realizada em 1986, o INSEE estima que entre 1989 e 2003, 30.387 portugueses viriam a falecer em território francês⁴.
- Durante a mesma década, verificou-se uma média anual de cerca de 3.000 casamentos mistos, unindo portugueses com francesas (65%), e, inversamente, portuguesas a franceses (35%)

Por conseguinte, o efectivo demográfico da comunidade caracterizou-se por uma relativa estabilidade, tendo sido compensado o decréscimo da fracção composta pelos mononacionais através do aumento dos naturalizados, reforçado ainda pelo número de recém-chegados.

Convém focar ainda que a pertença dos naturalizados à comunidade portuguesa não é considerada pelas autoridades francesas (cuja contabilidade considera apenas os mononacionais), opção que acarreta, nas respectivas contabilidades, uma nítida quebra de efectivos, e que ocasiona uma marcada disparidade entre critérios nacionais.

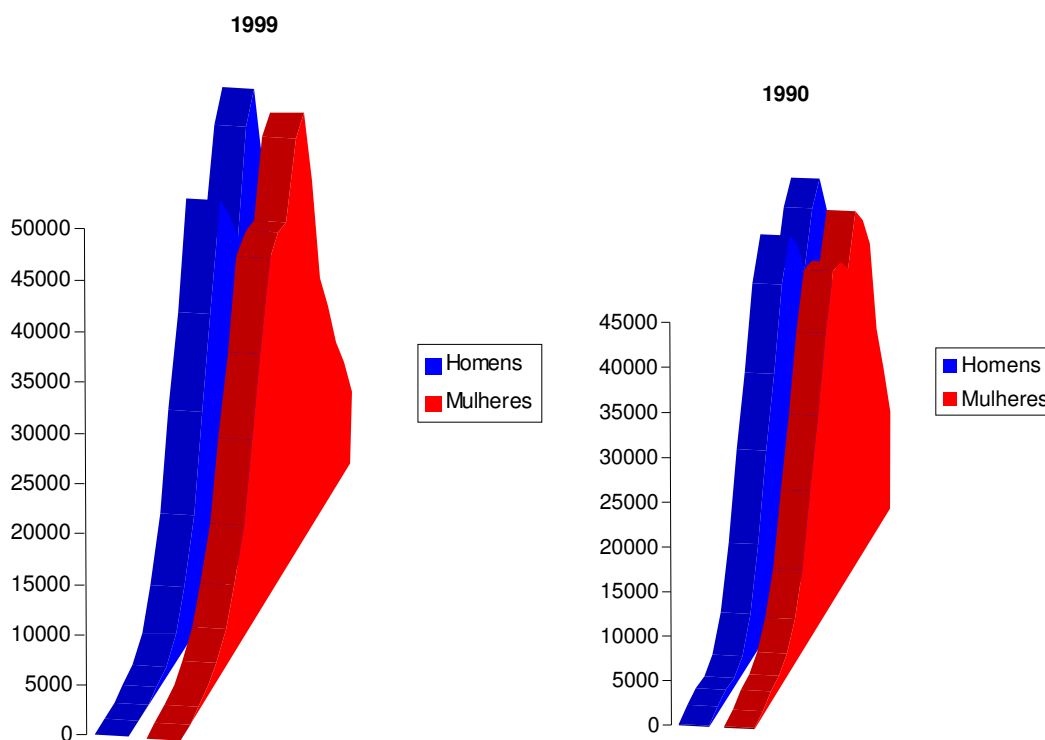
² Dados da Direcção da População e das Migrações do Ministério do Emprego e da Solidariedade Francês.

³ Proveniente do Censo de 99, INSEE, este valor corresponde ao volume global dos fluxos vindos de Portugal a partir da entrada em vigor da livre circulação no território da U.E., para os assalariados (1992).

⁴ INSEE, “Projection de la population étrangère résidant en France”, 1986.

2.4 DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS

Gráfico 4: Comunidade portuguesa distribuída por sexo



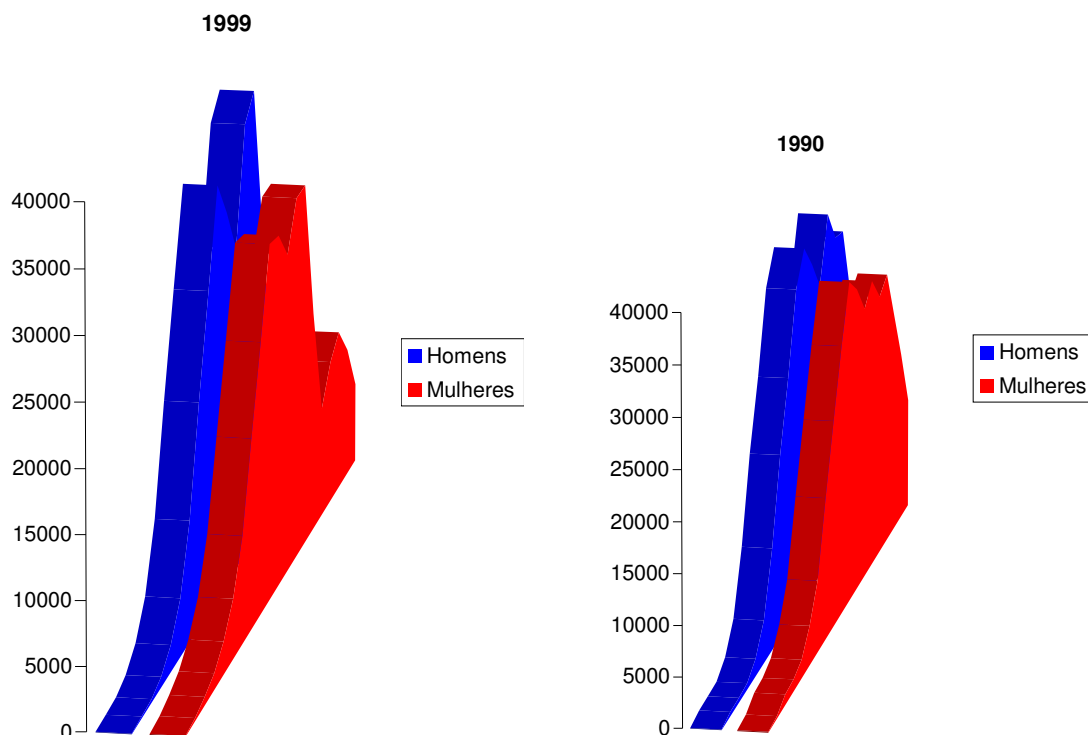
Fonte: INSEE, Censos gerais da população de 1990 e 1999

Em 1999, a comunidade portuguesa era composta por 404.897 (51,3%) homens e 383.786 (48,7%) mulheres. Esta proporção era, em 1990, de 52,2% e 47,8%, respectivamente.

Um dos traços distintivos da comunidade portuguesa, relativamente a outras Comunidades estrangeiras radicadas em França, advém da importância da presença feminina, em contínua progressão a partir de 1962: (30%; em 1968; 46% em; 1975 e, actualmente, 50%.)

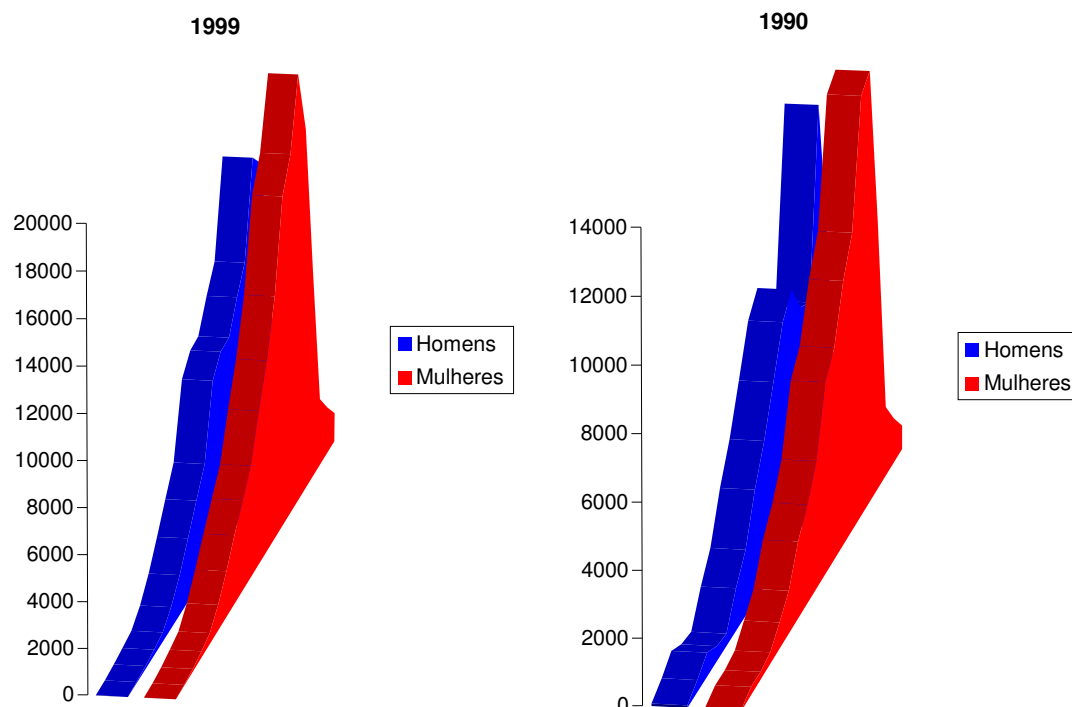
Através da análise detalhada da repartição por sexos da comunidade em função dos diversos grupos quinquenais, constata-se uma preponderância do efectivo masculino até aos 70 anos, embora tenham sido recenseadas 36.033 mulheres e 34.381 homens de 40/45 anos. A partir dessa idade, as mulheres são sistematicamente mais numerosas.

Gráfico 5: Portugueses mononacionais distribuídos por sexo



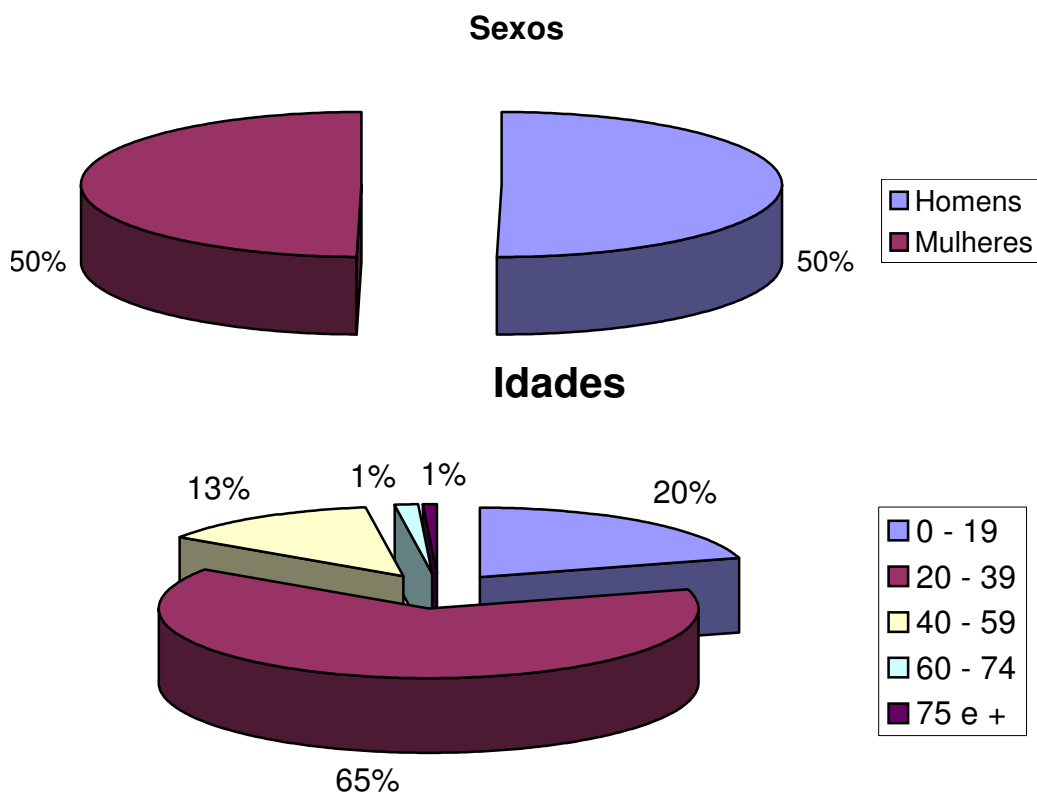
Em 1999, os homens são mais numerosos na população mononacional (53,2%), onde o efectivo feminino apenas se sobrepõe no grupo das pessoas de 70/75 anos.

Gráfico 6: Portugueses naturalizados distribuídos por sexo



A situação é inversa nos naturalizados, em que os homens já são actualmente minoritários (46,9%). Nestes, a repartição por sexos varia em função das idades: predominância masculina até aos 20 anos, dos 45 aos 55 e a partir dos 90.

Gráfico 7: Portugueses recém-chegados distribuídos por sexo e idades



No efectivo dos nacionais instalados em França durante a última década (1990/1999), a repartição por sexos é paritária : 50,3% de homens e 49,7% de mulheres.

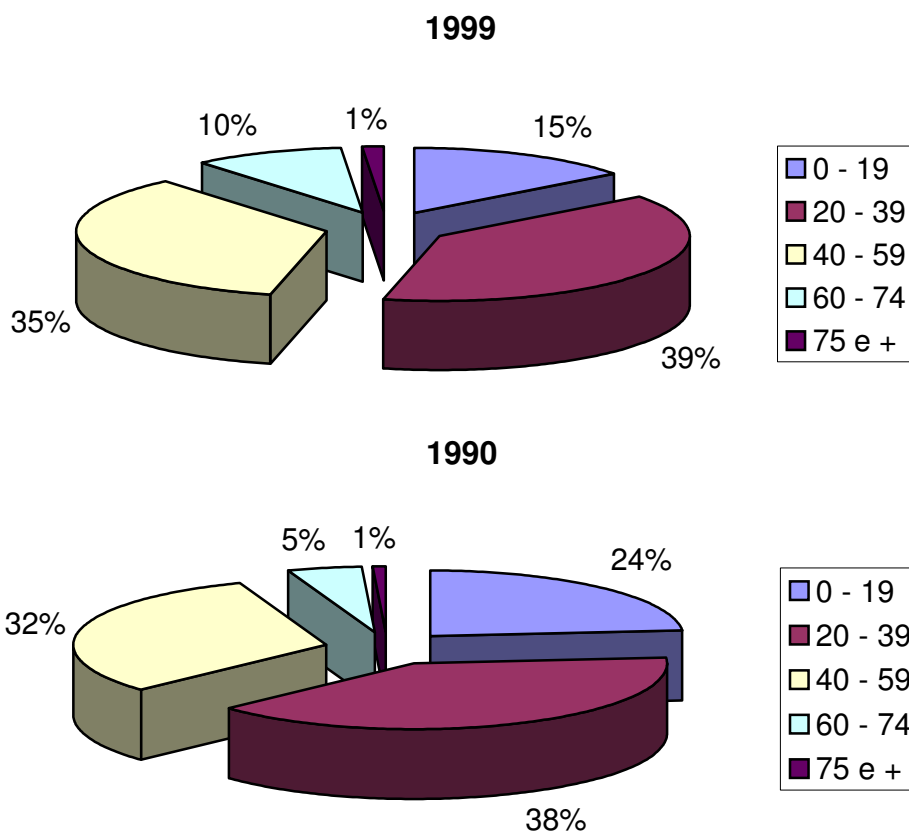
Não obstante, a importância da presença feminina aumenta com a idade: 550 mulheres e 315 homens de 60/75 anos e, respectivamente, 598 e 220, nas pessoas com mais de 75 anos.

A incidência da esperança de vida (superior para a população feminina), associada à inexistência de uma significativa predominância masculina nos recém-chegados, não deixara de se repercutir na comunidade, e tudo indica que, no próximo censo da população, esta componente ultrapassará a masculina.

Esta situação caracteriza uma emigração de tipo familiar, composta por um fluxo inicial de homens primo migrantes chegados até meados da década de 70, a partir da qual se observa, pelo canal do reagrupamento familiar, um aumento crescente da componente feminina e da chegada de jovens e crianças, que reconstituem as células familiares, base de um equilíbrio que incide directamente na qualidade da integração na sociedade do país de acolhimento, e que se torna obviamente mais demorada e difícil no caso das pessoas isoladas, desprovidas de tecido familiar e relacional.

DISTRIBUIÇÃO POR IDADES

Gráfico 8: Comunidade portuguesa distribuída por idades



Fonte: INSEE, Censos gerais da população de 1990 e 1999

Em 1999, o grupo dos jovens com idade inferior a 20 anos representava 14,8% da população total da comunidade portuguesa, verificando-se desta forma uma quebra de 9 pontos, relativamente a 1990 (23,7%).

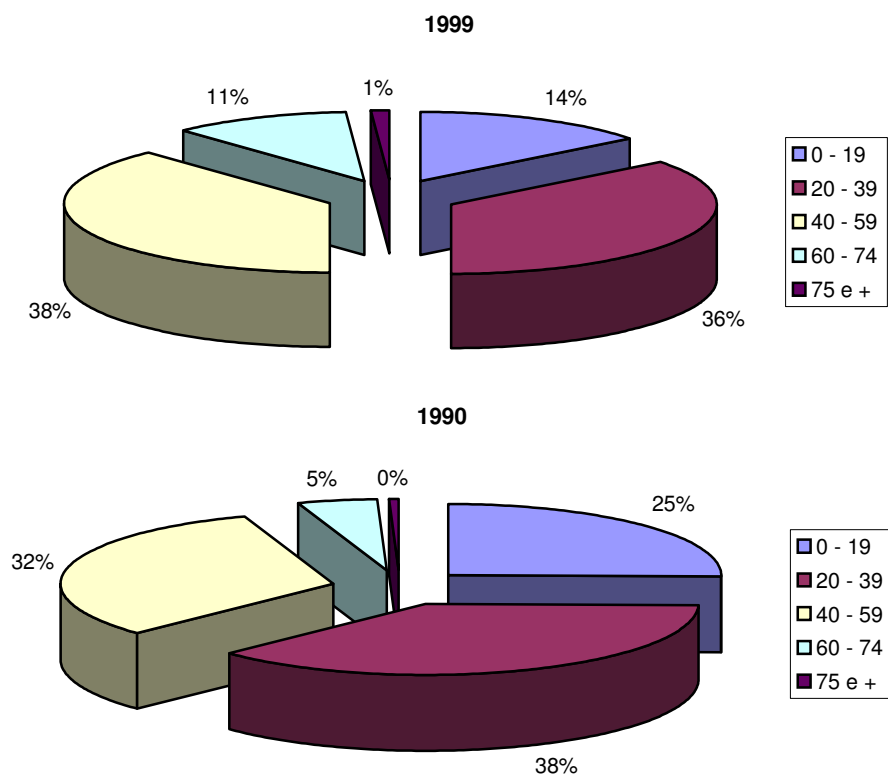
O grupo composto pelas pessoas de 20/40 anos representava no mesmo período 38,8% do efectivo, mantendo uma relativa estabilidade (40,1% em 1990).

A importância do grupo formado pelas pessoas de 40/60 anos aumentou de 5 pontos, passando de 30,6% em 1990, a 35,1% em 1999.

O efectivo e a importância relativa das pessoas de 60/75 anos duplicou, passando de 4,7% a 9,8%.

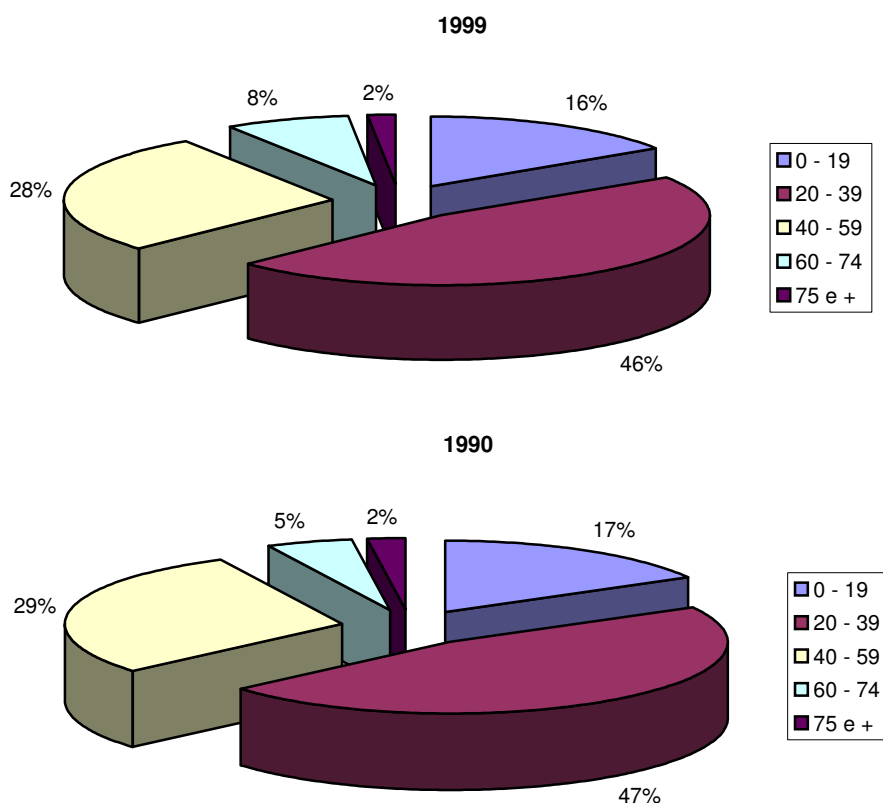
Nos idosos de mais de 75 anos, verificou-se também um aumento para o dobro do efectivo e da importância percentual: 0,9% e 1,5%, respectivamente.

Gráfico 9: Portugueses mononacionais distribuídos por idades



Fonte: INSEE, Censos gerais da população de 1990 e 1999

Gráfico 10: Portugueses naturalizados distribuídos por idades



Metade (50%) dos naturalizados tem 20/40 anos, situação que se verifica apenas para um terço (34%) dos mononacionais.

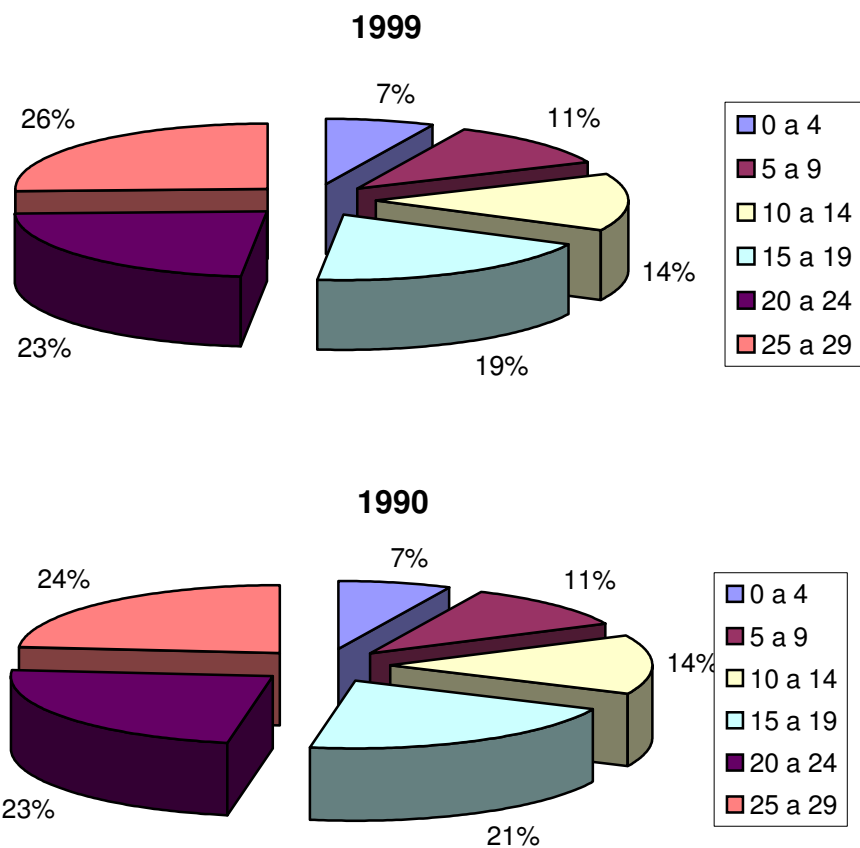
Inversamente, o peso relativo dos que têm 40/60 anos é mais notório nos mononacionais (38,8%) do que nos naturalizados (26,4%).

Uma diferença subsiste, embora de apenas 3 pontos, no grupo dos 60/75 anos: 10,8% dos mononacionais e 7,2% dos naturalizados.

Finalmente, nos dois extremos da pirâmide, a diferença entre fracções diminuiu : 15% dos mononacionais e 14,2% dos naturalizados tinham menos de 20 anos, sendo estas percentagens, no grupo dos idosos de mais de 75 anos, de 1,4 e 2,2%, respectivamente.

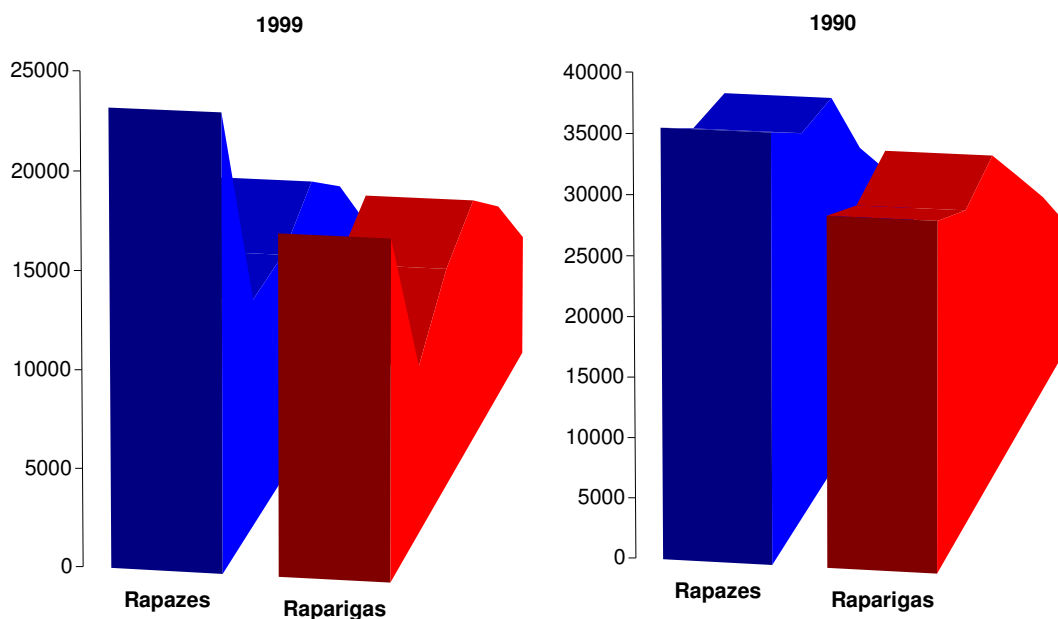
Uma análise mais detalhada permite constatar que, se a tendência geral aponta para o envelhecimento da comunidade, este varia segundo as suas diversas componentes:

Gráfico 11: Fracção jovem da comunidade



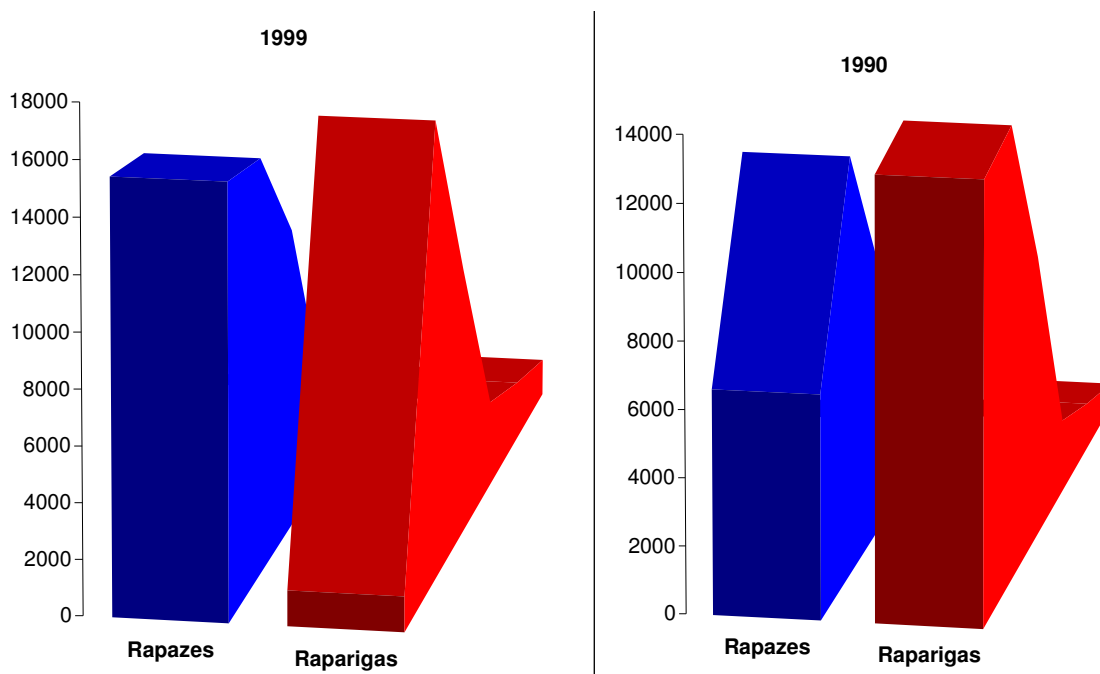
Os jovens de menos de 20 anos constituíam um quarto (25,5%) da população mononacional em 1990, quando actualmente representam um sétimo (15%), e as pessoas de mais de 60 anos passaram de um vigésimo (5,2%) a um oitavo (12,3%).

Gráfico 12: Jovens mononacionais: distribuição por sexo e idades



Na fracção composta pelos naturalizados, é visível uma relativa estabilidade dos jovens com menos de 20 anos que, em 1990, constituíam 16,2% do total e representam hoje 14,2%.

Gráfico 13: Jovens binacionais: distribuição por sexo e idades



As pessoas de idade superior a 60 anos passaram de 1,6% a 9%: como foi anteriormente referido, esta é a única fracção da comunidade portuguesa em França que se encontra em expansão numérica.

Relativamente aos recém-chegados, cerca de um quinto (20,3%) tinha menos de 20 anos e a grande maioria (76,4%) era composta por activos com idades compreendidas entre 20 e 65 anos, sendo no entanto de assinalar a presença de 1.683 pessoas dos dois sexos com mais de 60 anos em 1999. Destas, 220 homens e 598 mulheres saíram de Portugal com uma idade superior a 65 anos.

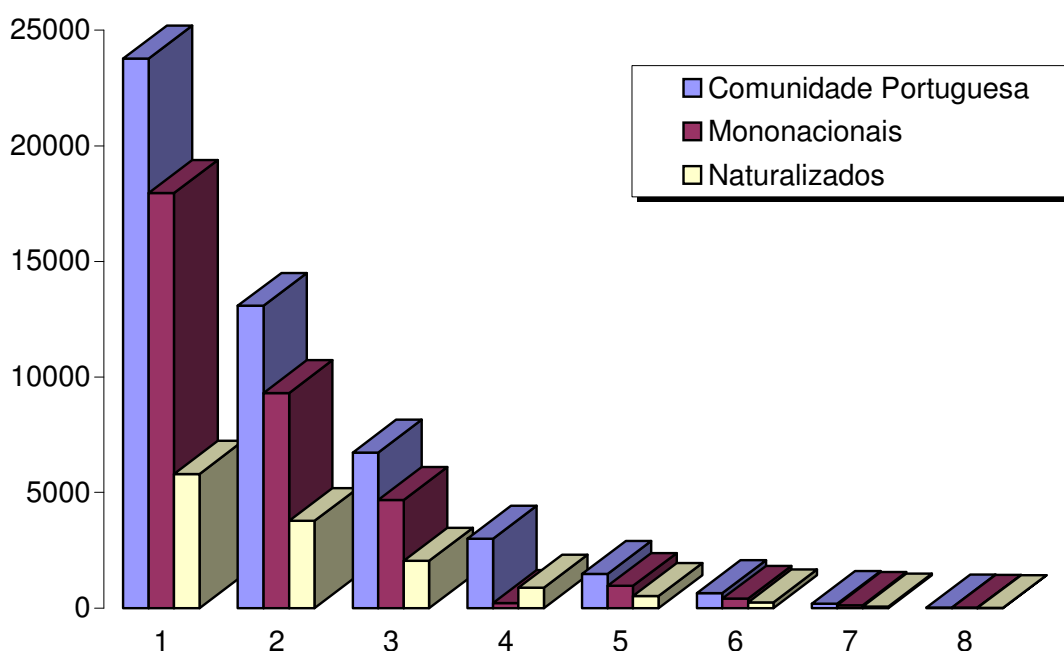
3 OS IDOSOS DA COMUNIDADE

Em 1999, foram recenseados na comunidade portuguesa, 10 mulheres e 8 homens centenários; destas 18 pessoas, 15 eram mononacionais e 3 naturalizados.

As pessoas com mais de 90 anos quase triplicaram durante a década de 90, tendo passado de 300, a 851.

O efectivo das pessoas com mais de 75 anos aumentou significativamente, tendo passado de 6.861, a 12.005.

Gráfico 14: “Idosos” na comunidade portuguesa: componentes e grupos etários



Embora sintomática, esta evolução é diluída pelo volume da população : 74% da comunidade tem actualmente, entre 20 e 60 anos, quando as pessoas com mais de 75 anos representam apenas 1,5% do total.

É no entanto previsível, a curto prazo, uma forte alteração da pirâmide :

- a) Em 2005, cerca de 90.000 ultrapassaram os 65 anos
- b) Em 2010, as pessoas com esta idade serão cerca de 145.000, representando quase um quinto (18,5%) do total.

Nos dois segmentos da comunidade, o envelhecimento dos naturalizados parece mais rápido (de 1,6% a 9% para as idades superiores aos 60 anos) que o dos mononacionais (de 5,2% a 12,2%), situação causada pela contabilidade estatística do INSEE, e não por razões demográficas : os descendentes de mononacionais integram esta rubrica estatística, o que não se verifica no caso de descendentes de naturalizados, que são franceses desde a nascença.

É de realçar que 818 portugueses vindos para França durante a década de 90 têm actualmente mais de 80 anos, o que implica que a respectiva instalação naquele país foi posterior à idade da aposentação.

Destas pessoas, 37 declararam-se como activas em 1999, o que implica que as outras 781 pessoas não exercem qualquer tipo de actividade profissional declarada.

Estes elementos parecem confirmar duas tendências distintas e complementares:

- a) Uma forma particular de reagrupamento familiar caracterizada pela vinda para França dos ascendentes, a “geração 0”, que integram desta forma a célula familiar, que até essa data era composta pelos que emigraram para França, a “geração 1”, e seus descendentes, nascidos ainda em Portugal e chegados a França durante a infância, a “geração 1,5”, ou já nascidos neste país, as “gerações 2 e 3”;
- b) O retorno e instalação em França de certos ex-emigrantes, da «geração 1», anteriormente regressados a Portugal.

Uma das principais incógnitas da evolução da comunidade reside no comportamento da chamada «primeira geração» que, ao atingir a reforma, tem adoptado um comportamento pendular, repartindo o ano entre duas residências, em Portugal e em França.

A contínua circulação entre os dois países permite ultrapassar diversos dilemas:

- a) Viabilização do antigo projecto de regresso *versus* proximidade com os descendentes radicados em França;
- b) melhoria do poder de compra que leva à instalação em Portugal dos aposentados, pensionistas do sistema francês *versus* preservação do direito de acesso à infra-estrutura médico hospitalar francesa.

O envelhecimento desta população e conseqüente perda de autonomia não deixará de acarretar a ruptura deste equilíbrio, impondo aos interessados a opção definitiva por um país de residência.

Nos casos de regresso a Portugal, são previsíveis as dificuldades decorrentes da sobrecarga ocasionada pelo aumento dos utentes nas instituições e infra-estruturas da área da saúde, dos cuidados, e do apoio à terceira idade, particularmente nas regiões de origem dos fluxos migratórios, onde se verifica um crescente despovoamento .

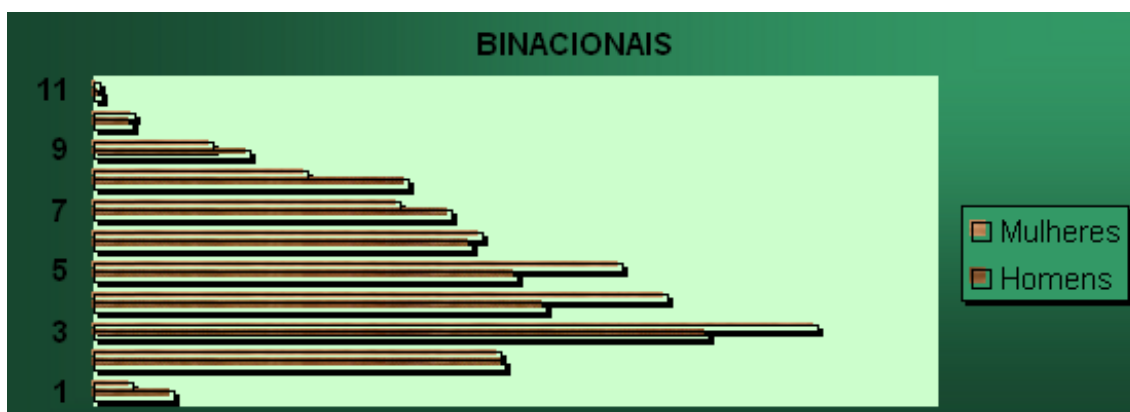
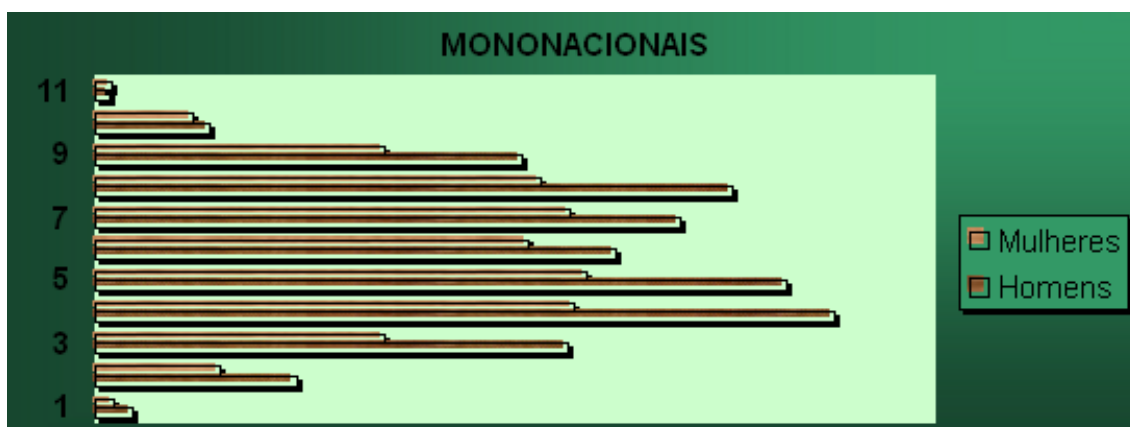
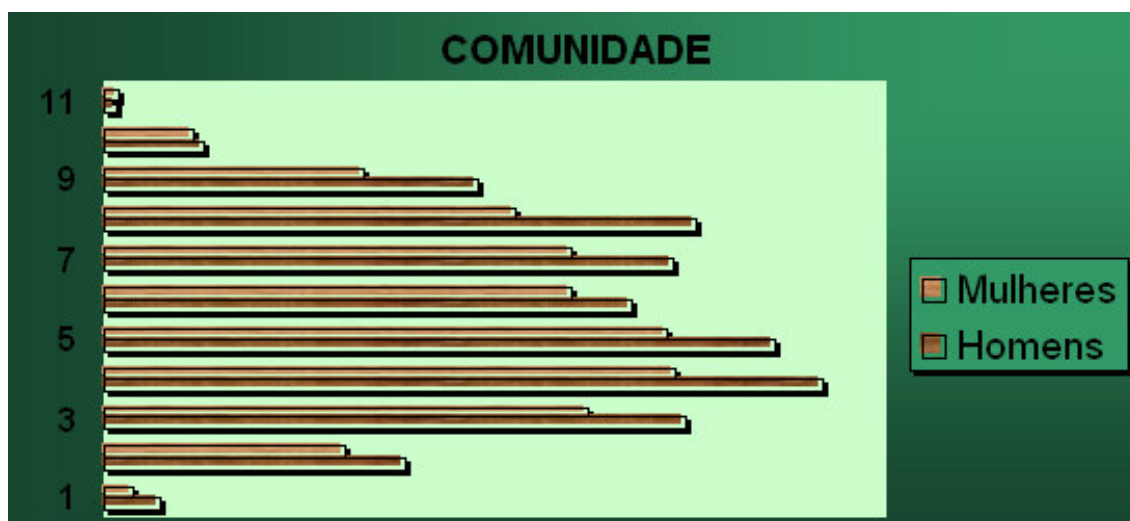
A residência definitiva em França implicará outras dificuldades: se neste país a infra-estrutura de saúde, acolhimento e apoio a idosos é de boa qualidade, em nada se encontra vocacionada para o acolhimento maciço de utentes de nacionalidade ou origem estrangeira, com hábitos alimentares diversos, outros padrões de sociabilidade, e apenas parcialmente francófonos, caso frequente na primeira geração essencialmente composta por homens chegados a França já adultos e cuja vida profissional decorreu num contexto lusófono, por exemplo, no ramo da construção civil.

Finalmente, são previsíveis a curto prazo situações de precariedade económica, em particular para a fracção mais idosa, com percursos contributivos incompletos, beneficiando do Fundo de Solidariedade Francês, que não é exportável. O mesmo verifica-se com outras pensões sociais do regime não contributivo.

A problemática do envelhecimento da comunidade portuguesa radicada em França, pela diversidade de situações que abrange, bem como pela complexidade das consequências que acarreta, constitui um tema específico de investigação, do qual o presente trabalho se limita apenas a evocar os principais parâmetros demográficos.

4 POPULAÇÃO ACTIVA E TAXAS DE ACTIVIDADE

Gráfico 15: Taxas de actividade: comparativo dos grupos quinquenais (ordem crescente 1/11) distribuídos por sexo.



4.1 ANÁLISE

Constituída por **516.683 activos**, a comunidade portuguesa apresentava uma **taxa de actividade de 72%**, sendo esta percentagem de 72,9% para os mononacionais e de 70% para os naturalizados.

A comunidade portuguesa é portanto composta, numa proporção de mais de dois terços, por activos, quando a proporção observada no conjunto do território francês é de cerca de metade (55,2%), pouco variando entre franceses em geral (55,1%) ou desdobrados entre aqueles que o são de raiz (55,3%) e os que se naturalizaram (52,3%). Na mesma altura, a taxa de actividade do conjunto dos estrangeiros era de 56,4%.

Esta nítida preponderância explica-se pela importância da mão-de-obra feminina, que na comunidade, bem como nas suas duas componentes, ronda os 65,5%, quando a média nacional não atinge a metade (48,7%), sofrendo inclusive, sensíveis variações entre as francesas de origem (44,2%) e por naturalização (38,5%); a mesma taxa é para as mulheres estrangeiras de 45,1%.

COMPARATIVO TAXAS DE ACTIVIDADE

Gráfico 16: População Activa Total, Franceses, Portugueses e Estrangeiros

Taxas de actividade dos + 65 anos, dos 15/19 anos e global.

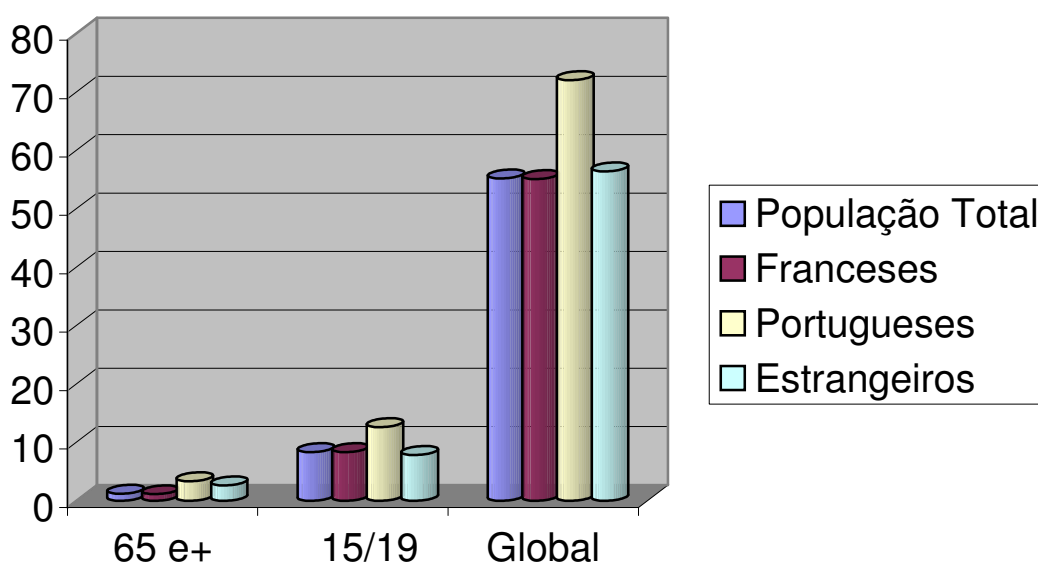
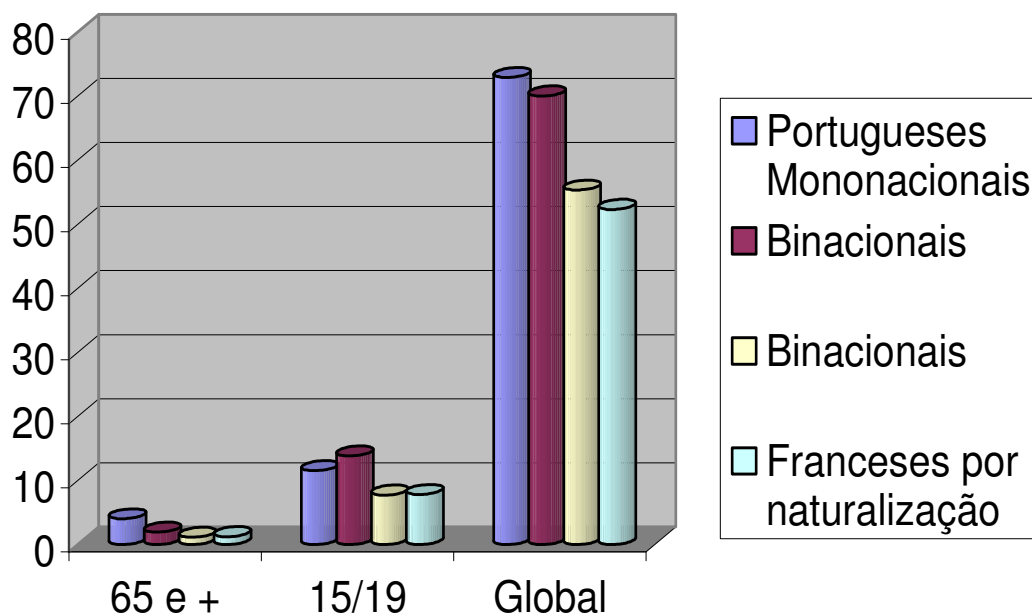


Gráfico 17 : Portugueses Mononacionais, Binacionais, Franceses por naturalização: taxas de actividade dos +65, dos 15/19 e global.



A taxa de actividade dos jovens de 16/20 anos é na comunidade (12,6%), bem como nas suas duas componentes (11,50% para os mononacionais e 13,8% para os naturalizados), a mais elevada de França, onde a média para este grupo etário é de cerca de 8%, bem como para as diversas populações de franceses e estrangeiros.

É de sublinhar que em todas as populações observadas neste grupo etário, existe uma evidente preponderância masculina, sinal de que as raparigas seguem percursos escolares mais longos.

Curiosamente, as jovens naturalizadas de 15/20 anos apresentam uma taxa de 9,8%, superior à das mononacionais (8,10%), que é quase o dobro da média nacional francesa (5,5%).

No outro extremo da pirâmide, a taxa dos activos com idade superior a 65 anos observada na comunidade (3,3%), é também superior a todas as outras situações observadas em França, onde a média nacional é de menos de metade (1,2%), sendo a dos franceses ainda levemente inferior.

Convém no entanto ressaltar que, neste grupo etário, a taxa de actividade dos portugueses mononacionais (4%) e a dos estrangeiros em geral (2,6%) se aproximam relativamente, quando a dos portugueses binacionais (1,9%) e a dos outros franceses por naturalização (1,2%) são vizinhas.

Na Comunidade Portuguesa, as taxas de actividade mais elevadas verificam-se nos homens de 35/39 anos (97,5%) e nas raparigas de 25/29 anos (84,1%), um grupo etário que no seu conjunto, apresenta a mais elevada taxa (90,1%).

Nos mononacionais portugueses, a taxa mais elevada (89,8%) surge no grupo dos 25/29 anos, atingindo o seu valor máximo (97,3%) para os homens do grupo 30/34, e para as mulheres de 40/44 anos (82,1%).

Relativamente aos binacionais portugueses, a taxa de actividade mais elevada surge no grupo dos 40/44 anos, situando-se para os homens entre os 35 e os 39 anos (98,3%), e para as mulheres entre os 25 e os 29 anos (87,1%).

4.2 COMENTÁRIO

A comunidade portuguesa apresenta as mais elevadas taxas de actividade observadas em França, relativamente aos activos franceses, e aos activos estrangeiros, situação constante em todas as idades e em ambos os sexos.

Os valores apresentados pelos portugueses, mononacionais e binacionais, são muito próximos e claramente distintos das taxas de actividade dos outros activos que por naturalização, adquiriram a nacionalidade francesa.

Os valores apresentados pelos grupos mais jovens traduzem a persistência do ingresso precoce na esfera activa e a correlativa escolarização reduzida, particularmente nos rapazes⁵.

⁵ JBP “*Escolarização dos jovens Portugueses em França*”, Embaixada Paris, Nov 1992

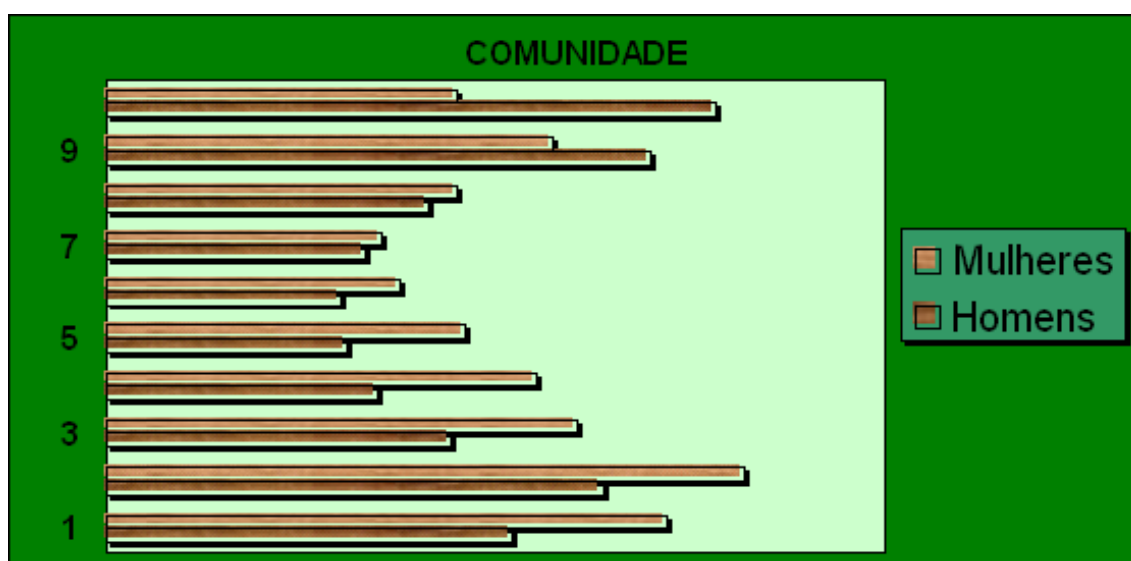
A importância relativa da taxa de actividade dos mais idosos decorre de parâmetros culturais e comportamentais, nomeadamente a sobrevalorização da poupança e do valor social do trabalho, mas denota também que parte desta população usufrui de pensões de aposentação insuficientes, consequência de carreiras profissionais incompletas em França, e de anteriores actividades profissionais em Portugal que não abriram o direito à referida pensão.

5 DESEMPREGADOS E TAXAS DE DESEMPREGO

DESEMPREGADOS E TAXAS DE DESEMPREGO 1999

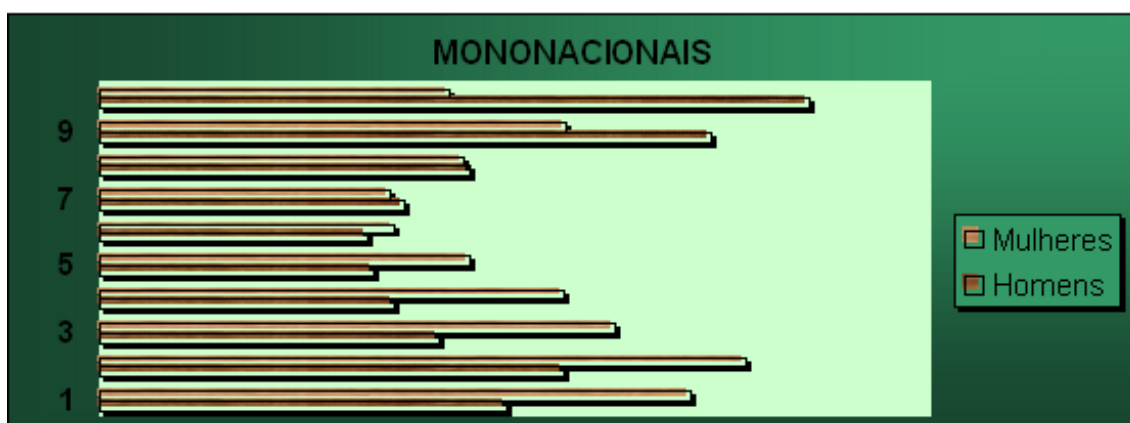
Com 58.663 desempregados, a comunidade portuguesa apresentava uma taxa de desemprego de 11,4%, sendo este valor de 11,2% para os mononacionais e de 11,8% para os binacionais.

Gráfico 18: Comparativo Comunidade e suas componentes, ordenados por grupos quinquenais (de 1 a 10)



A comunidade portuguesa é, das diversas populações estudadas, a que melhor resiste à erosão do desemprego: 12,8% no conjunto da população activa de França, 12,1% para os franceses em geral (11,8% para os que o são de nascença e 18,1% no caso dos naturalizados) e 24,1% para o conjunto dos estrangeiros.

É na comunidade portuguesa que se verificam, em matéria de desemprego, as menores disparidades entre sexos: 10,4% para os homens e 12,5% para as mulheres, que se desdobram em 10,7% e 11,8% no caso dos mononacionais e 9,7% e 13,6% para os naturalizados; estes apresentam a menor taxa de desemprego masculino (9,7%) e a mais elevada de desemprego feminino (13,6%).



Todas as outras populações apresentam discrepâncias superiores:

- De 5 pontos para a população total: 9,9% de desempregados e 15% de desempregadas
- De 4 pontos para os franceses: 10,2% e 14,3%, respectivamente⁶
- De 5,5 pontos para os estrangeiros: 22% e 27,5%, respectivamente

A taxa de desemprego entre os jovens de 15/20 anos dos dois sexos, é, na comunidade, de 14,7%, sendo de 14,1% para os mononacionais e 15,2% para os naturalizados.



⁶ Na sua componente “franceses por nascimento”, os valores são, respectivamente, de 9,90% e 14%, quando, para os “franceses por naturalização”, são de 15,70% e 20,80%.

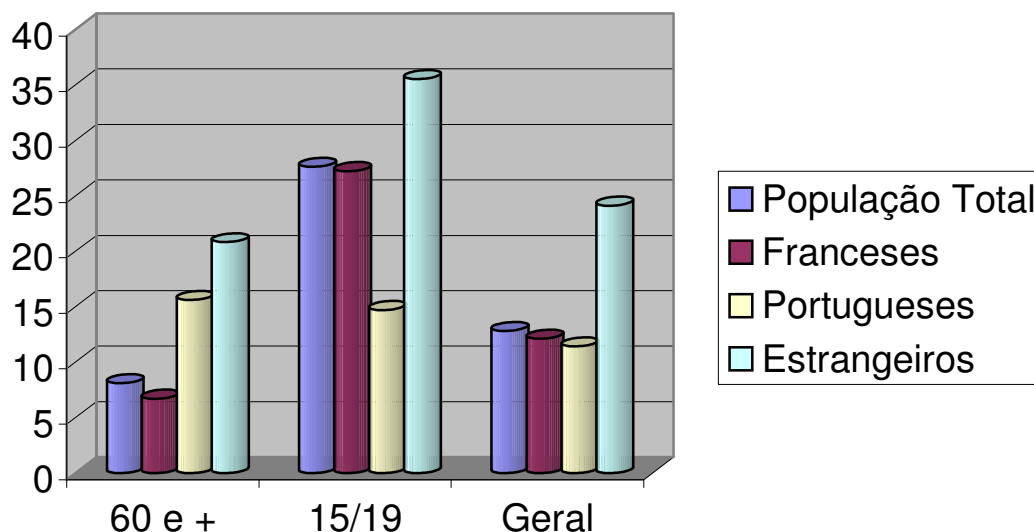
5.1 ANÁLISE

No grupo das 15/20ans para ambos os sexos, a taxa de desemprego em França era de 27,6%, oscilando entre 27,2% para os franceses (27% de origem e 33,4% naturalizados) e 35,5% nos estrangeiros em geral.

A intensidade das repercussões do desemprego destes jovens acentua-se ainda no caso das raparigas: 34,8% na população activa, 34,6% nas francesas (34,5% de origem e 36,2% naturalizadas), 40,5% nas estrangeiras e 18% nas portuguesas (17,8% mononacionais e 18,3% binacionais).

A população feminina portuguesa é particularmente afectada pelo desemprego entre os 20 e os 25 anos: 20,5%, repartindo-se em 19,4% para as mononacionais e 21,1% para as naturalizadas, em proporções equivalentes à média nacional francesa, para as mesmas idades.

Gráfico 19: Portugueses Mononacionais, Binacionais, Franceses de raiz: taxas de desemprego dos +60, dos 15/19 e global.



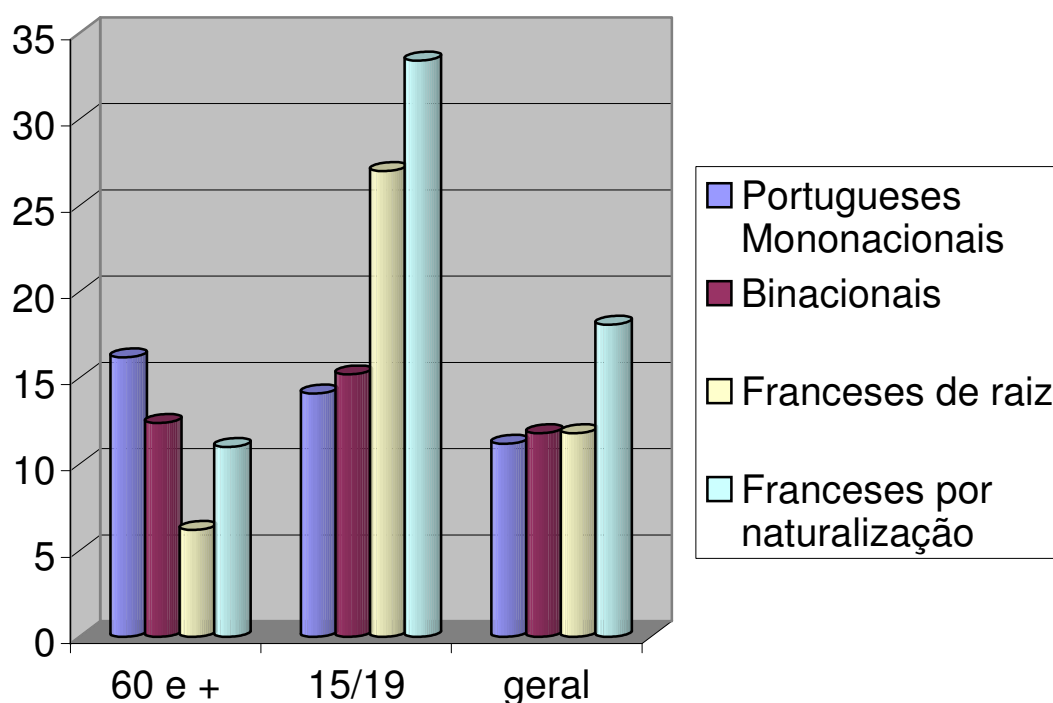
Nos rapazes com as mesmas idades, a especificidade portuguesa é patente:

- Taxa de desemprego dos 15/19 anos na comunidade - 13% (que se desdobram em 12,2% para os mononacionais e 13,7% para os binacionais)
- Taxa de desemprego dos 15/19 anos em França – 25,8%

- Taxa de desemprego nos franceses das mesmas idades – 24,5% (que se desdobram em 23,4% para os mononacionais e 31,9% para os binacionais)
- Taxa de desemprego dos estrangeiros do grupo 15/19 anos : 32,4%

No outro extremo da pirâmide, as pessoas com mais de 60 anos apresentavam, na Comunidade uma taxa de desemprego de 15,6%, variando entre 16,2% para os mononacionais e 12,4% para os binacionais.

Gráfico 20: Portugueses Mononacionais, Binacionais, Franceses de raiz e por naturalização: taxas de desemprego dos +60, dos 15/19 e global



É unicamente neste grupo etário que a situação dos portugueses se aproxima da dos estrangeiros em geral (20,8%), diferenciando-se nitidamente da que se observa em França no conjunto dos seniores (8,1%) e mais ainda do valor apresentados pelos franceses de 6,7%⁷.

⁷ Não obstante o facto de que, se nos franceses de origem com + de 60 anos, a taxa de desemprego é de 6,2%, naqueles que o passaram a ser por naturalização, esta é de 11%

5.2 COMENTÁRIO

A comunidade portuguesa apresenta as mais reduzidas taxas de desemprego observadas em França, situação que lhe é característica há muito⁸ e novamente se confirma à luz do censo de 1999.

Este particularismo é principalmente determinante pela importância da mão-de-obra feminina e pela elevada mobilidade intersectorial, isto é, a rápida capacidade de reconversão profissional largamente induzida por parâmetros sócio culturais, relacionados com o valor social do trabalho.

Outro factor decisivo reside nas redes de “solidariedade intracomunitária”, baseadas na eficácia dos circuitos informais e na instrumentalização pragmática da imagem positiva da mão-de-obra portuguesa.

Estes diversos factores combinados permitem o rápido e eficaz preenchimento de postos de trabalho que se libertam no “background” profissional dos portugueses.

Paradoxalmente, poder-se-á afirmar que a excelente resistência dos portugueses ao desemprego constitui uma consequência positiva do fenómeno designado em França por “communautarisme”: o facto de os portugueses terem criado em França um modo de socialização específico, constituindo redes relacionais por comunidade de origem e pertença, estratégia que se observa sistematicamente nos diversos países de presença portuguesa no mundo.

Da mesma forma, poder-se-á constatar que os jovens portugueses e lusodescendentes sofrem menos do desemprego que os franceses de origem com as mesmas idades: os portugueses ingressam no mercado de trabalho mais cedo que os franceses, são menos escolarizados que estes e simultaneamente, menos afectados pelo desemprego⁹. Inversamente, as jovens portuguesas, mais escolarizadas que os rapazes e começando a trabalhar mais tarde, são mais afectadas pelo desemprego. Esta aparente contradição é consequência directa da inadequação entre formação escolar e mercado do emprego em França, onde actualmente 1/4 dos jovens de 18/25 anos estão no desemprego.

⁸ JPB, “A Comunidade Portuguesa em França”, Janus 2001, Ed Público/ Univ Autónoma de Lisboa, Novembro 2000.

⁹ JPB, “Inserção/reinserção profissional na Comunidade Portuguesa em França”, Embaixada Paris, 1996

Nesta perspectiva, a ausência de qualificação profissional das primeiras gerações de portugueses parcial ou totalmente escolarizados em França e orientados para ciclos curtos, tem-se revelado paradoxalmente benéfica, porquanto constitui um acelerador da mobilidade intersectorial.

Embora mais preservados do desemprego, estes trabalhadores terão uma limitada amplitude de trajectória e de progressão nos respectivos percursos profissionais, sendo previsível um novo e significativo surto de independentes, constituído por aqueles que, na impossibilidade de continuar a progredir internamente, optam pela instalação por conta própria, mudando de estatuto.

Á medida que a integração da comunidade portuguesa prossegue em França e se aproxima portanto da tendência geral, tanto nos percursos escolares como na idade de ingresso no mercado, os jovens portugueses serão crescentemente afectados pelo desemprego, o que constitui um *efeito perverso* do processo de integração, e um *dano colateral* daquilo que, obviamente, se mantém um objectivo positivo e globalmente benéfico.

Em 1999, foram recenseados 2.136 portugueses desempregados, com mais de 60 anos. Destes, 1.865 são mononacionais, principalmente (1.298) de sexo masculino, com a respectiva taxa de desemprego de 21,3%, a mais elevada que se verifica nas diversas fracções da Comunidade, por nacionalidade, por sexo e por idade (20,8% nos estrangeiros e 6,7% nos franceses).

Esta situação deve-se à ausência de especialização da mão-de-obra, que ocupa postos de trabalho nos sectores que não requerem qualificação e acabam por ser os mais expostos à actual crise. Não sendo o fenómeno uma exclusividade destes trabalhadores, a mobilidade intersectorial, determinante na resistência ao desemprego para os portugueses, deixa de funcionar: a idade relativamente avançada destas pessoas constitui um argumento dissuasivo na altura de um novo recrutamento.

Parte destas pessoas conhece, ou poderá vir a conhecer, situações de fragilidade económica e em casos extremos, de precariedade. Tendo em conta a sua disseminação pelo conjunto do território francês, só uma particular atenção dos Consulados de Portugal, agindo em articulação com as Agências de Emprego locais e com as diversas instituições de solidariedade social, permitirá a detecção de situações que irão requerer meios concretos de acompanhamento.

A importância deste assunto e a previsível necessidade de acompanhamento implicam objectividade, recuo e desdramatização: os referidos 1.298 desempregados mononacionais com mais de 60 anos, inscrevem-se numa população activa portuguesa de 6.097 indivíduos, no universo dos 68.559 portugueses integrando o mesmo grupo etário, que vivem em França.

6 CATEGORIAS SOCIOPROFISSIONAIS: DISTRIBUIÇÃO E MOBILIDADE

6.1 NOMENCLATURA DAS CATEGORIAS SOCIOPROFISSIONAIS E SUBCATEGORIAS QUE AS INTEGRAM

- 1) Agricultores independentes
 - Em pequena exploração agrícola
 - Em média exploração agrícola
 - Em grande exploração agrícola
- 2) Artesãos
 - Artesãos
- 3) Comerciantes e assimilados
 - Comerciantes e assimilados
- 4) Empresários com mais de 10 assalariados
 - Empresários com mais de 10 assalariados
- 5) Profissões Liberais
 - Profissões liberais
- 6) Quadros da função pública, profissões intelectuais e artísticas
 - Quadros da função pública
 - Professores, profissões científicas
 - Profissões da informação, das artes e dos espectáculos
- 7) Quadros de empresas privadas
 - Quadros administrativos e comerciais de empresa
 - Engenheiros e quadros técnicos de empresa
- 8) Profissões intermédias do ensino, da saúde, da função pública e assimilados
 - Professores primários e assimilados
 - Profissões intermédias da saúde e do trabalho social
 - Clérigos, religiosos
 - Profissões intermédias administrativas da função pública
- 9) Profissões intermédias administrativas e comerciais das empresas
 - Profissões intermédias administrativas e comerciais das empresas
- 10) Técnicos
 - Técnicos

- 11) Contramestres, encarregados
 - Contramestres, encarregados
- 12) Empregados da função pública
 - Empregados civis e agentes de serviço da função pública
 - Polícias e militares
- 13) Empregados administrativos de empresa
 - Empregados administrativos de empresa
- 14) Empregados de comércio
 - Empregados de comércio
- 15) Pessoal de serviços directos a particulares
 - Pessoal de serviços directos a particulares
- 16) Operários qualificados
 - Operários qualificados de tipo industrial
 - Operários qualificados de tipo artesanal
 - Motoristas
 - Operários qualificados da manutenção, de armazenagem e do transporte
- 17) Operários não qualificados
 - Operários não qualificados de tipo industrial
 - Operários não qualificados de tipo artesanal
- 18) Operários agrícolas
 - Operários agrícolas
- 19) Desempregados nunca tendo trabalhado
 - Desempregados nunca tendo trabalhado
- 20) Outros activos
 - Militares do contingente
 - Alunos e estudantes com mais de 15 anos
 - Diversos sem actividade profissional, com menos 60 anos (salvo reformados)
 - diversos, sem actividade profissional, com mais de 60 anos (salvo reformados)

6.2 A COMUNIDADE PORTUGUESA, AS SUAS COMPONENTES E AS OUTRAS POPULAÇÕES ACTIVAS

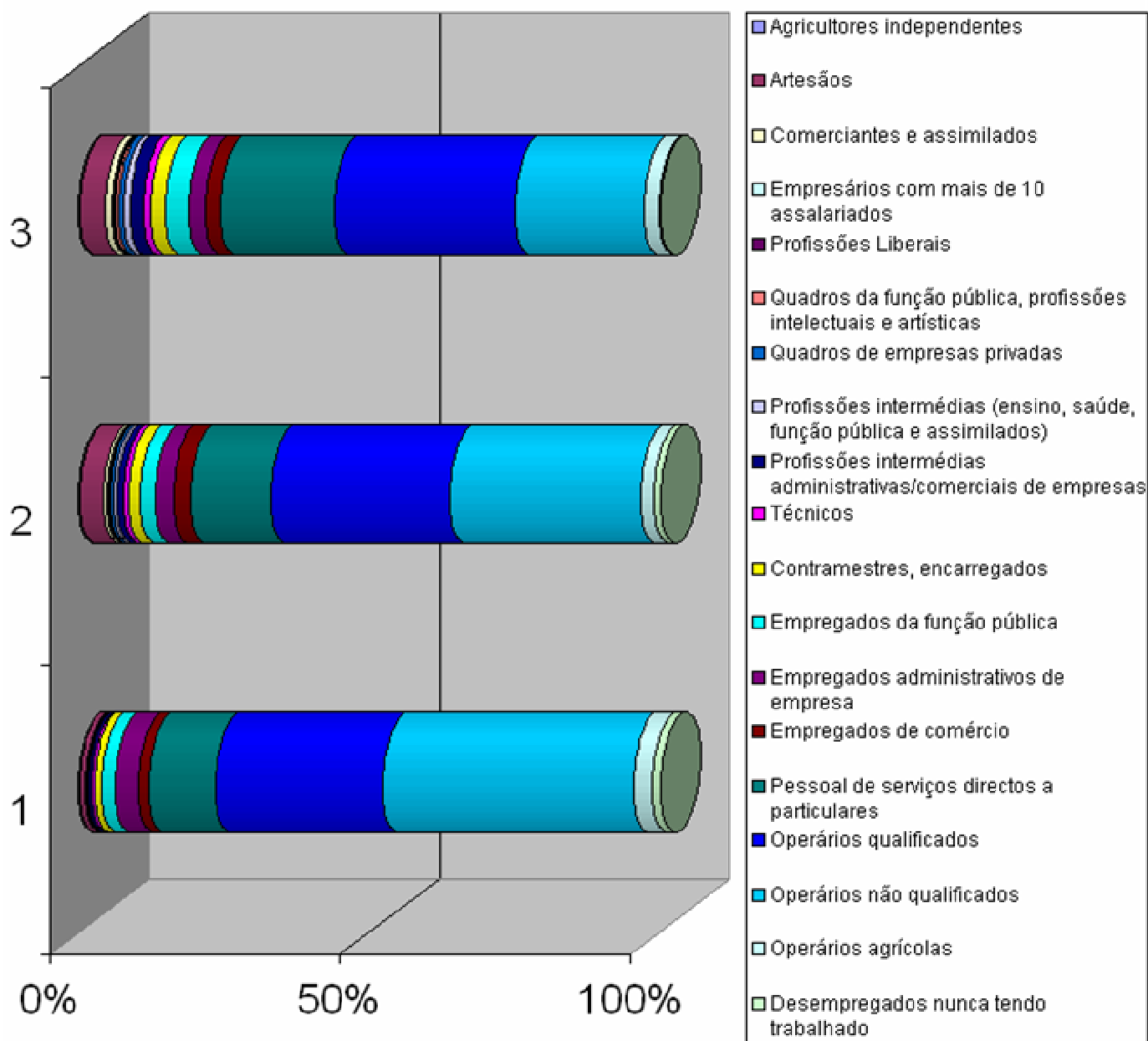
Gráfico 21: Comunidade Portuguesa: recém chegados, mononacionais e binacionais distribuídos por Categorias Sócio-Profissionais



Distribuição por categorias Sócio-Profissionais

Evolução dos Mononacionais por Categorias Sócio-Profissionais 1982 (1) / 1990(2) / 1999(3) - Dados dos Censos INSEE

Nota: A ordem de série das CSP é idêntica no gráfico e nos correspondentes quadros estatísticos



1.607 agricultores independentes, foram recenseados, sendo estes 63,4% do sexo masculino. Em números absolutos, esta CSP tem vindo a aumentar, passando de 480 activos em 1982, a 984 em 1990, evoluindo num ritmo constante de duplicação de efectivos por década, evolução que denota um crescente enraizamento local, e o acesso à situação de proprietário agrícola.

20.866 artesãos, predominantemente (86,8%) do sexo masculino e mononacionais, situação resultante da evolução que corresponde a uma estratégia de mudança de estatuto, particularmente adaptada aos assalariados desprovidos de qualificação profissional, que investem as respectivas poupanças para se estabelecerem por conta própria.

Existe outro factor, conhecido empiricamente: o incentivo à instalação por conta própria, exercido junto dos respectivos assalariados por certos grandes grupos empresariais, nomeadamente do sector da construção e das obras públicas, por razões estratégico-financeiras. Desta forma, foram e continuam a ser constituídas redes de subcontratação que permitem às referidas grandes empresas, reduzir significativamente parte dos elevados encargos patronais, através da diminuição da massa salarial.

É de referir que, 4,5% do efectivo desta CSP (931 pessoas), se instalaram em França a partir de 1990, não devendo este reforço exógeno ocultar a manifesta progressão numérica dos já radicados que acederam a este estatuto: 4.260 em 1982 e 15.440 em 1990.

O número de artesãos portugueses triplicou na década de 80 e continuou, deste então, a aumentar ainda de $\frac{1}{4}$: a grande maioria das instalações por conta própria dos mononacionais já tinha decorrido por altura da adesão de Portugal à U.E; o mesmo se aplica aos binacionais, que pela primeira vez foram contabilizados nesta população activa, mas que tinham conhecido uma mobilidade idêntica na referida década de 80. Deve frisar-se que esta progressão de efectivos foi ainda reforçada pela chegada de significativo número de Portugueses durante a década de 90, que se instalaram directamente por conta própria.

6.736 comerciantes e assimilados, sendo a presença feminina sensivelmente mais elevada (38%), e os binacionais predominantes em percentagem, que reflectem uma situação ocultada pelos respectivos volumes numéricos. Em 1982 foram recenseados 740 portugueses nesta CSP e em 1990, 2.828; no período intercensitário, vieram de Portugal 325 comerciantes.

A evolução numérica dos comerciantes caracteriza-se por um efectivo que quadruplicou entre 1982 e 1990 e duplicou na década seguinte.

Contrariamente ao verificado nas duas precedentes CSP, esta progressão é também devida aos mononacionais, que se encontram hoje em fase de expansão, tendência obviamente reforçada pelo efectivo dos recém-chegados e pela reunião estatística dos binacionais.

1.930 empresários, que têm a cargo empresas com um mínimo de 10 assalariados, nesta CSP a presença feminina é diminuta (16,6%), à semelhança do que se verifica em geral nos dois países.

A frequência de ocupação da categoria é idêntica para mononacionais e binacionais, situação que comprova a efectiva mobilidade ascendente desta mão-de-obra.

Com efeito, o reforço do efectivo através dos recém-chegados eleva-se a 87 desde 1990; em 1982, 120 portugueses integravam esta CSP quando em 1990, estes eram 296; constata-se também a emergência de 1.547 empresários, dos quais 932 mononacionais que **não** são recém-chegados.

Esta mobilidade ascendente é intrínseca à comunidade e encontra-se determinada pela renovação etária, pela emergência no mercado do trabalho de nacionais (mono e binacionais) activos qualificados, sendo ainda a estes associados os casos de sucesso pessoal: o efectivo aumentou do dobro nos anos 80 e, desde então, sextuplicou.

820 profissões liberais, são caracterizadas por uma paridade relativa na distribuição por sexos (44% de mulheres e 56% de homens) e nas duas componentes, com 442 mononacionais e 378 binacionais.

Esta proporção é indicadora do aumento da escolarização e um manifesto progresso na qualificação pré-profissional, nomeadamente pelo canal dos percursos universitários.

Foram recenseados nesta categoria 25 nacionais, chegados a França posteriormente à adesão de Portugal à U.E.

Estes casos não devem ocultar a clara evolução da comunidade residente pelo processo de renovação geracional, que se manifesta num significativo aumento da categoria: em 1982, apenas 40 portugueses foram recenseados nesta CSP, passando a 280 uma década depois.

O efectivo desta CSP aumentou de 7 vezes na década de 80 tendo a partir daí triplicado, sendo o meio milhar (515) suplementar imputável à emergência no mercado do trabalho de jovens qualificados, efeito acrescido ainda pela reunião numérica dos binacionais.

Se admitirmos como traço comum à reunião dos agricultores independentes, dos artesãos, dos comerciantes, dos empresários com mais de 10 assalariados e das profissões liberais o facto de se tratar de trabalhadores independentes, estabelecidos por conta própria, observamos que a sua frequência em França é de 9,9% para o universo da população activa, de 9,8% para os franceses, de 9,4% para os estrangeiros e de 6,3% para os portugueses.

Relativamente a estes, poder-se-á constatar uma clara progressão nesta CSP, que em 1982 reunia 1,4% dos activos portugueses, para depois duplicar durante a década.

Tendo em conta o elevado potencial de mobilidade intersectorial e a manifesta progressão que nestas categorias caracterizam os portugueses, parece provável que a diferença ainda marcada tenha tendência a diminuir, nomeadamente devido ao acesso ao mercado do trabalho das novas gerações, com mais e melhores qualificações.

3.714 Quadros da função pública, profissões intelectuais e artísticas, categoria socioprofissional que reúne situações bastante díspares¹⁰, tais como os professores universitários e do ensino secundário, diversas profissões científicas, as profissões da informação, das artes e dos espectáculos. De forma mais resumida, poder-se-á afirmar tratar-se da CSP que reúne os activos com a mais elevada escolarização, os jornalistas e os criadores culturais profissionalizados (actores, pintores, escultores, músicos...), sendo que, por motivos óbvios, a componente portuguesa da sub-rubrica “quadros da função pública” não deixa de ser diminuta.

¹⁰ ver « nomenclatura das CSP e sub-categorias », pag.

Existe nesta CSP uma paridade absoluta entre sexos (1.858 homens e 1.856 mulheres) e uma paridade relativa entre mononacionais (1.719) e binacionais (1.995).

A mesma rubrica reunia, em 1982, 440 Portugueses e, em 1990, 776; desde aquela data, vieram instalar-se em França 276 activos correspondendo aos referidos critérios.

O número de portugueses que em França exercem funções nas áreas científica e cultural, na informação, no ensino e na investigação, quase duplicou na década de 80 para, desde então, quase ter quintuplicado (x 4,8), sendo este aumento representativo de uma tendência de fundo, reforçada ainda pela incorporação estatística dos binacionais.

8.137 Quadros das empresas privadas, categoria que reúne quadros administrativos e comerciais, engenheiros e quadros técnicos, na qual a presença feminina é de $\frac{1}{4}$ (26,4%) e onde se verifica uma paridade absoluta entre mononacionais e binacionais: 50,3% e 49,7%, respectivamente.

Esta CSP contava 520 portugueses em 1982 e 2.360 em 1990.

Observa-se, portanto, que o respectivo efectivo quase quintuplicou (x 4,5) na década de 80 para, desde então, ter triplicado (x 3,4).

A maior discrepância entre nacionalidades situa-se na área dos executivos e quadros médios, grupo que apresenta em França uma média geral de 21,8%, dos quais 22,3% para os franceses, 10,5% para os estrangeiros e 9,8% para os portugueses.

A diferença de resultados constatados não deve ocultar uma efectiva progressão: em 1982, esta categoria reunia 0,74% da mão-de-obra portuguesa em França e em 1990, 2,63%, frequências que indicam que até 1992, os mononacionais tinham triplicado a sua presença neste grande grupo.

10.116 Profissões intermédias do ensino, da saúde, da função pública e assimiladas, categoria que reúne igualmente uma grande diversidade de situações, incluindo os professores primários e os trabalhadores sociais, predominantemente (71,2%) de sexo feminino, sendo na sua grande maioria (68%) composta por binacionais.

Em 1982, esta CSP reunia 920 activos portugueses e em 1990, 2.068; desde então, vieram residir para França 378 portugueses que integraram a categoria, a qual duplicou de efectivo na década 80 para desde então ter quintuplicado (x4,9), numa progressão que decorre manifestamente do acesso ao mercado de trabalho de uma mão-de-obra jovem, de sexo feminino e mais qualificada.

17.105 Profissões intermédias administrativas e comerciais do sector privado, categoria caracterizada por uma paridade relativa, com 53,7% de mulheres e 46,3% de homens, bem como pela repartição equitativa entre as duas componentes da comunidade: 52,5% de binacionais e 47,5% de mononacionais.

A progressão numérica da categoria é manifesta, tendo passado de 1.460 activos em 1982 a 5.196 em 1990, sendo reforçada desde então com a chegada de 448 nacionais ao território francês; o efectivo triplicou na primeira década, e desde então, triplicou novamente.

9.852 técnicos, entre os quais a presença feminina é minoritária (9,8%) e a paridade é absoluta, entre mononacionais (50,5%) e binacionais (49,5%).

A progressão dos efectivos nesta CSP tem sido contínua: 1.520 técnicos portugueses em 1982, 2.796 em 1990, reforçados ainda por 181 recém-chegados: o efectivo duplicou na década de 80 para, desde então, ter triplicado (x3,5).

Numa primeira fase (ainda em curso), esta progressão corresponde à emergência de nova população activa, geralmente já escolarizada em França. A predominância masculina é consequência do aumento de escolarização, ainda principalmente orientada para carreiras técnico-profissionais.

A fase seguinte (de estabilização), será característica da simples reprodução da mão-de-obra, tendendo a divergir da curva demográfica da população, pelo efeito conjugado do aumento do tempo de escolarização e da contabilização directa dos novos efectivos na rubrica “franceses de nascença”.

13.506 contramestres e encarregados, dos quais 247 recém-chegados, sendo esta uma população que ascendia a 7.900 em 1990 e a 5.280 em 1982.

A presença feminina é diminuta (7,6%) e a predominância dos mononacionais (70,7%), acentuada.

Esta CSP aumentou de 1/3 na década de 80, e duplicou (x1,7) na seguinte.

A comparação com outras populações activas é reveladora de uma equidistância entre activos portugueses (4,5%), activos em geral (5,7%) e activos franceses (5,6%), mas também relativamente aos estrangeiros (3,3%), que apresentam a média mais baixa.

Uma análise mais detalhada permite constatar a existência de 1,89% mononacionais activos neste grupo em 1982, de 2,7% em 1990 e de 4% em 1999, comprovando que os recém-chegados já qualificados (428) e a emergência estatística dos activos binacionais (8.835 activos), não explicam por si próprios a existência de 23.358 portugueses neste grupo, determinada principalmente pela mobilidade profissional ascendente dos mononacionais.

28.414 empregados da função pública, dos quais 954 recém-chegados a França. Esta categoria abrange uma grande diversidade de situações profissionais, incluindo os empregados civis e os agentes de serviço da função pública, reunindo as camadas mais jovens (secretárias, dactilógrafas, telefonistas,...) e uma fracção dos primo-migrantes (contínuos, pessoal de limpeza, motoristas, auxiliares hospitalares).

Esta CSP reúne em 1999, 28.414 portugueses, dos quais 954 recém-chegados de Portugal. O efectivo em 1982 era de 8.320 trabalhadores, tendo passado a 10.560 em 1990.

Relativamente à sua repartição interna, observa-se uma nítida predominância feminina (77,1%) e uma repartição homogénea entre mononacionais (49,3%) e binacionais (50,7%).

Assim, o aumento numérico obedeceu a uma lógica de progressão interna, sendo a importante presença feminina devida ao ingresso de mulheres primo-migrantes, acrescido ainda pelas jovens escolarizadas em França, pouco qualificadas, ou cuja formação escolar não permitiu a obtenção do posto de trabalho correspondente.

Globalmente, o efectivo desta categoria aumentou de $\frac{1}{4}$ na década de 80, para posteriormente, triplicar (x 2,7), sendo este aumento a consequência do ingresso no mercado do trabalho da nova geração.

24.526 empregados administrativos das empresas privadas, maioritariamente de sexo feminino (87,1%), sendo a sua repartição favorável aos binacionais (58,4%).

Esta CSP reunia em 1982 15.600 portugueses e uma década decorrida, 11.612: não obstante o reforço de 532 recém-chegados, nota-se uma diminuição acentuada.

O efectivo dos mononacionais baixou de 1.414 trabalhadores numa década, o que significa que o aumento numérico se deve ao efeito mecânico da reunião do efectivo dos binacionais, não quantificado até 1999.

19.899 empregados de comércio, predominantemente de sexo feminino (79,6%), verificando-se uma situação de paridade absoluta entre mononacionais (51,2%) e binacionais (48,8%).

O efectivo desta CSP era de 7.200 em 1982 e de 11.516 em 1990. Desde essa altura, foram 692 os recém-chegados a integraram esta categoria.

Trata-se, por conseguinte, de um novo exemplo da efectiva diminuição numérica dos mononacionais, que se encontra ocultada pela nova visibilidade dos binacionais.

No conjunto dos empregados, todas as populações apresentam taxas relativamente semelhantes, rondando os 23%, com a excepção dos portugueses, que apresentam 14,2% nesta CSP.

87.025 activos na categoria do **peçoal de serviços directos a particulares**, tradicionalmente das que mais ocupam os portugueses em França, a qual é composta quase exclusivamente por activos de sexo feminino (93,3%) e geralmente mononacionais (80,5%).

Em 1982, esta CSP reunia 44.980 portugueses (dos quais, 41.700 mulheres) e em 1990, 53.568, dos quais 49.504 mulheres, tendo sido reforçada por 10.013 recém-chegados (9.521 mulheres).

Retirando às 65.742 mononacionais recenseadas nesta CSP em 1999 o efectivo das recém-chegadas, observa-se que o efectivo composto pelas activas unicamente portuguesas desta categoria, se encontra em via de estabilização (+ 6.717 casos).

A presença de $\frac{1}{4}$ (27%) dos activos portugueses recém-chegados nesta categoria socioprofissional reflecte a actual existência de um fluxo de mão-de-obra não qualificada que, embora em proporções que nada têm a ver com o passado, se continua a dirigir para França.

Nesta categoria, a presença portuguesa (16,8%) é largamente superior à que se observa em geral (6,2%), no seio dos franceses (7,1%) e, embora com uma menor diferença, à que caracteriza os estrangeiros (12,6%).

A renovação numérica desta CSP parece ser fundamentalmente devida à importante proporção de activos recém-chegados, dos quais uma grande parte já residia em França, mas regularizou a situação perante a administração francesa, a partir de 1992¹¹.

¹¹ Nos anos que seguiram imediatamente a extensão da liberdade de instalação, cerca de duas dezenas de milhar de pessoas regularizaram a respectiva situação (Relatório da DPM, 1996)

Actualmente, diversos indicadores, tais como o crescente acesso à propriedade em França (mais de metade das famílias portuguesas possuem um alojamento), apontam para o abandono gradual destas CSP, que correspondiam também a uma opção estratégica: a residência em alojamentos de serviço, do tipo da “loge de concierge”, constituía um acelerador de poupança e permitia também evitar a habitação social, na qual os portugueses, ao contrário da maioria das outras populações oriundas da emigração, pouco se investiram.¹²

145.384 operários qualificados, quase exclusivamente homens (91,7%) e geralmente mononacionais (76,8%).

Em 1982, foram recenseados nesta CSP 104.220 portugueses e em 1990, 110.628, sendo o efectivo dos recém-chegados de 9.274.

A existência de 111.719 mononacionais pode levar a concluir indevidamente que se trata de uma CSP estagnada, quando se passa o inverso: a categoria dos operários qualificados mantém um efectivo estável graças ao ingresso dos activos anteriormente não-qualificados e à emergência da geração seguinte, composta por jovens com escolaridades orientadas para o sector técnico-profissional.

103.308 operários não-qualificados, categoria que se caracteriza por uma maior presença feminina (41,3%) e pela predominância dos mononacionais (77,7%), cuja evolução diacrónica requer uma análise cuidadosa.

A evolução dos efectivos desta categoria no subgrupo dos mononacionais, aponta a seguinte curva: entre os censos de 1982, de 1990 e de 1999, verificou-se um decréscimo de efectivos de 166.980 / 127.176 / 70.851, respectivamente. Constata-se a quebra de quase metade do efectivo (42,3%), pelos efeitos conjugados do envelhecimento, pela insuficiente renovação dos ingressos (os jovens, já qualificados, evitam-na) e pela mobilidade por qualificação adquirida internamente, que viabiliza a transição para a categoria precedente.

¹²JPB, « Breve caracterização demográfica dos Portugueses radicados em França », *Cadernos do Noroeste*, ICS da Universidade do Minho, 1996

10.159 operários agrícolas, principalmente (65,5%) de sexo masculino e fundamentalmente (87,6%) mononacionais.

Esta categoria ocupava 12.540 Portugueses em 1982, e 9.216 em 1990, tendo sido reforçada pelo ingresso de 2.522 nacionais recém-chegados.

A análise comparativa da evolução diacrónica do efectivo de mononacionais demonstra uma nítida diminuição (12.540 / 9.216 / 8.902), pelo efeito dos factores já referidos no caso dos operários não-qualificados. Esta é a única categoria em que o efeito mecânico da integração dos binacionais não influi na tendência estrutural, sendo a sua manutenção simplesmente devida ao número relativamente elevado de recém-chegados que nela ingressam.

A importância do conjunto do operariado na população activa demonstra que este grupo reúne metade dos activos portugueses (50%), 46,1% dos estrangeiros e 26,5% dos franceses.

Esta ocupação reunia dois terços (74,9%) dos mononacionais em 1982, 65,8% em 1990 e cerca de metade (55,7%) em 1999, sendo que este efectivo foi reforçado pela chegada de 21.192 novos activos, vindos de Portugal. Considerados separadamente, isto é, sem reforço exógeno, os operários mononacionais apresentariam um valor próximo do que se observa nos estrangeiros (49,8%).

Estas percentagens indicam uma manifesta quebra no peso relativo do operariado na mão-de-obra activa portuguesa de França e uma tendência para uma gradual aproximação da situação geral francesa.

No caso dos portugueses, trata-se de uma transição gradual, de reduzidos custos sociais no plano do desemprego, contrariamente ao verificado com a população activa de França em geral e no conjunto dos estrangeiros, cujos postos de trabalho são as principais vítimas são da conjuntura económica e tecno-industrial e das suas consequentes mutações estruturais, com grande incidência no mercado do trabalho.

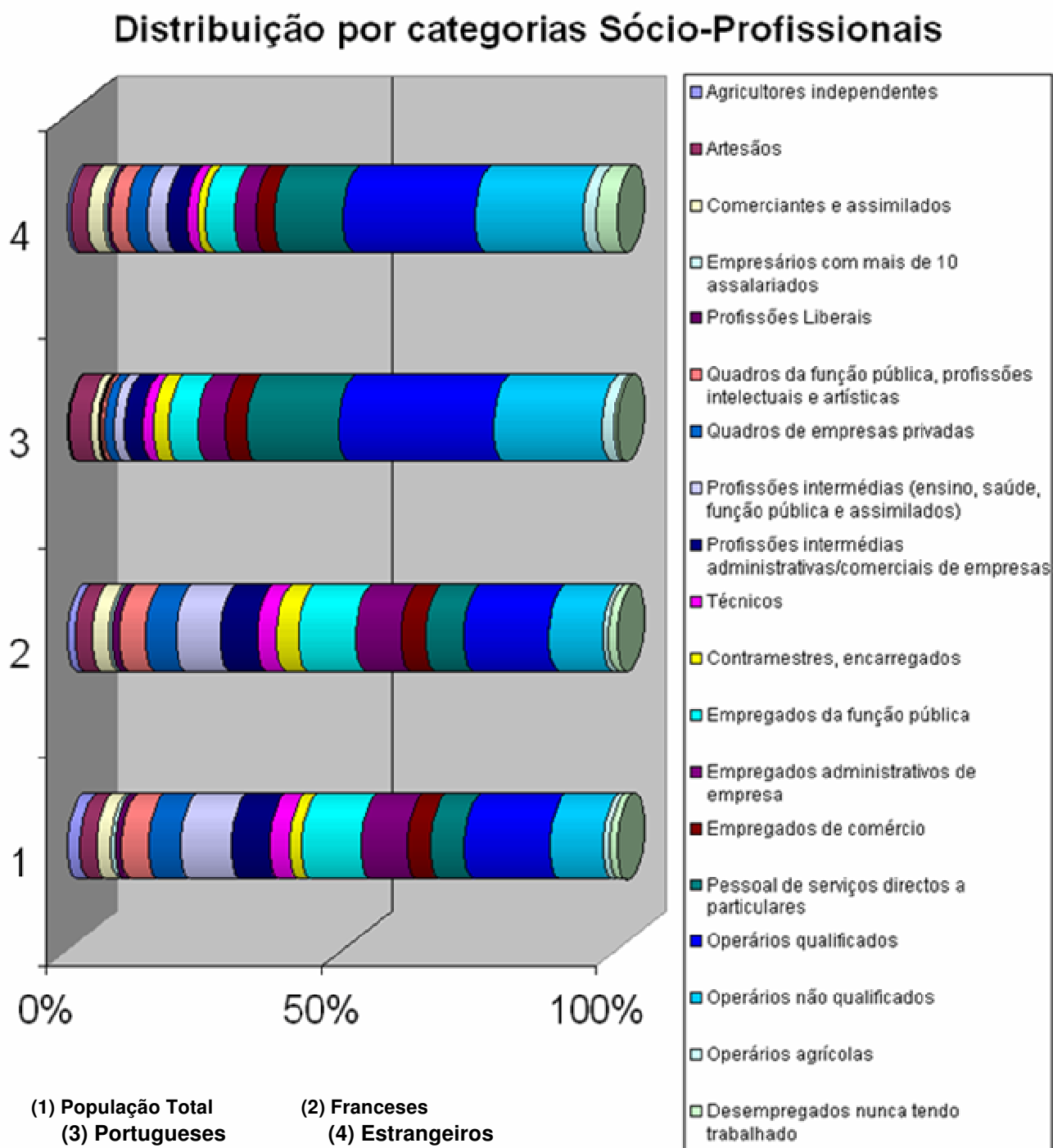
3.019 desempregados que nunca trabalharam, dos quais $2/3$ eram do sexo feminino e metade mononacional.

Em 1982, esta categoria reunia 5.920 portugueses, e em 1990 4.408, tendo chegado recentemente de Portugal 307 pessoas que se encontram nesta situação.

Trata-se, por conseguinte, de uma situação residual que tende a diminuir.

6.3 COMENTÁRIO

Gráfico 23: Categorias Sócio-Profissionais: comparativo entre População Total, Portugueses, Franceses e estrangeiros



Os diversos parâmetros considerados indicam uma evidente mobilidade profissional ascendente, viabilizada pela aquisição de experiência *in loco*, pragmática, por parte dos primo-migrantes, onde se encontra uma fracção que progrediu sem qualificação inicial, através da uma elevada actividade profissional e a uma notável capacidade de poupança, e que se instalou por conta própria no seu ramo habitual de actividade, ou transitou para actividades comerciais.

Esta geração, que resistiu exemplarmente ao desemprego, pode progredir internamente transitando para postos de qualificação, passando do serviço directo a particulares, ao exercício de actividades inscritas no universo empresarial, obtendo cargos que implicam o exercício de responsabilidades e o reconhecimento socioprofissional de competência e capacidade de enquadramento.

Constata-se um sensível arranque dinâmico no período compreendido entre 1980¹³ e 1990, confortado e desenvolvido a partir dessa data.

Com efeito, à década de 80 corresponde uma rentabilização da experiência adquirida inicialmente, a partir da chegada a território francês (1965/75), de uma primeira geração que se qualificou profissionalmente pela via empírica. É ainda patente uma grande mobilidade intersectorial, da qual decorre uma evolução com características que gradualmente a aproximam das outras populações activas aqui em estudo.

Outra grande tendência decorre do gradual acesso ao mercado dos seus filhos, que foram escolarizados em França, e que são linguisticamente aptos e mais qualificados no plano escolar e no plano profissional.

É igualmente visível que grande parte destes jovens provém ainda do universo escolar técnico-profissional, uma situação que hoje se encontra progressivamente ultrapassada, mas de repercussão diferida, observável apenas quando a nova geração aceder ao universo profissional.

¹³ JPB, “Caracterização sócio-económica da Comunidade Portuguesa em França”, Embaixada Paris, Jan 88

Obviamente, referimo-nos a um efeito de massa, pois a existência de 820 profissões liberais, de mais de 8.000 executivos do privado e de perto de 30.000 quadros médios, são indicadores indiscutíveis de uma sensível evolução global.

O grande dinamismo dos activos portugueses traduz-se igualmente pela existência de cerca de 7.000 comerciantes, de 1.930 empresários (responsáveis por empresas com mais de 10 assalariados), e por mais de 20.000 artesãos Portugueses.

Finalmente, assiste-se a uma mutação estrutural nas CSP ocupadas pelos Portugueses recentemente vindos para França.

Com efeito, vieram instalar-se neste país, durante a última década, 25 profissões liberais, 87 empresários, responsáveis por empresas com mais de 10 assalariados, 276 investigadores científicos e profissionais da informação e das artes, 350 executivos de empresas privadas, 450 quadros médios da mesma área, 325 comerciantes e 931 artesãos.

Este fluxo indica que a circulação de cérebros e de pessoal qualificado entre os dois países tem vindo a aumentar: se, do lado português, se deve assinalar a actual permanência em França de cerca de 500 universitários, mestrados ou doutorandos, bolseiros da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e habitualmente residentes em Portugal, o movimento inverso tem atingido proporções muito significativas, graças aos universitários, investigadores, quadros médios e executivos, dos quais significativa proporção é composta por binacionais e lusodescendentes, que vão terminar as pós-graduações em Portugal, ou integrar o mercado do trabalho.

Não obstante o referido, uma componente mais tradicional de significativa importância subsiste, formada por recém-chegados desprovidos de qualificação profissional e que vêm ocupar as CSP que os Portugueses instalados de longa data têm vindo a abandonar: serviços directos a particulares, operários não qualificados e operários agrícolas.

7 SECTORES DE ACTIVIDADE ECONOMICA: DISTRIBUIÇÃO E MOBILIDADE

7.1 NOMENCLATURA DOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (4), NÍVEIS (15) E ESTRATOS (36) QUE AS INTEGRAM

1) AGRICULTURA

a) Agricultura, silvicultura, pescas

- Agricultura, silvicultura, pescas

2) INDÚSTRIA

a) Indústrias agrícolas e alimentares

- Indústrias. agrícolas e alimentares

b) Indústrias dos bens de consumo

- Vestuário, curtumes
- Edição, tipografia, reprodução
- Farmácia, perfumaria, manutenção
- Indústria. de equipamentos domésticos

c) Indústria automóvel

- Indústria. automóvel

d) Indústrias de bens de equipamento

- Construção naval, aeronáutica e ferroviária
- Indústria de equipamentos mecânicos
- Indústria. de equipamentos eléctricos e electrónicos
- Indústria de produtos minerais
- Indústria. têxtil
- Indústria da madeira e do papel
- Química, borracha, plásticos
- Metalurgia e transformação de metais
- Indústria dos componentes eléctricos e electrónicos

e) Energia

- Produção de combustíveis e carburantes
- Água, gás, electricidade

3) CONSTRUÇÃO

a) Construção

- Construção

4) TERCIÁRIO

a) Comércio

- Comércio e reparação automóveis
- Comércio de grosso
- Comércio a retalho, reparações

b) transportes

- Transportes

c) Actividades financeiras

- Actividades financeiras

d) Actividades imobiliárias

- Actividades imobiliárias

e) Serviços a empresas

- Correios e telecomunicações
- Conselhos e assistência
- Serviços operacionais
- Pesquisa e desenvolvimento

f) Serviços a particulares

- Hotéis e restaurantes
- Actividades recreativas, culturais e desportivas
- Serviços pessoais e domésticos

g) Educação, saúde, acção social

- Educação
- Saúde, acção social

h) Administração

- Administração pública
- Actividades associativas extra-territoriais

7.2 A COMUNIDADE E AS SUAS COMPONENTES

Gráfico 24: Distribuição por sectores de actividade económica: comparativo entre comunidade portuguesa, recém chegados, mononacionais e binacionais

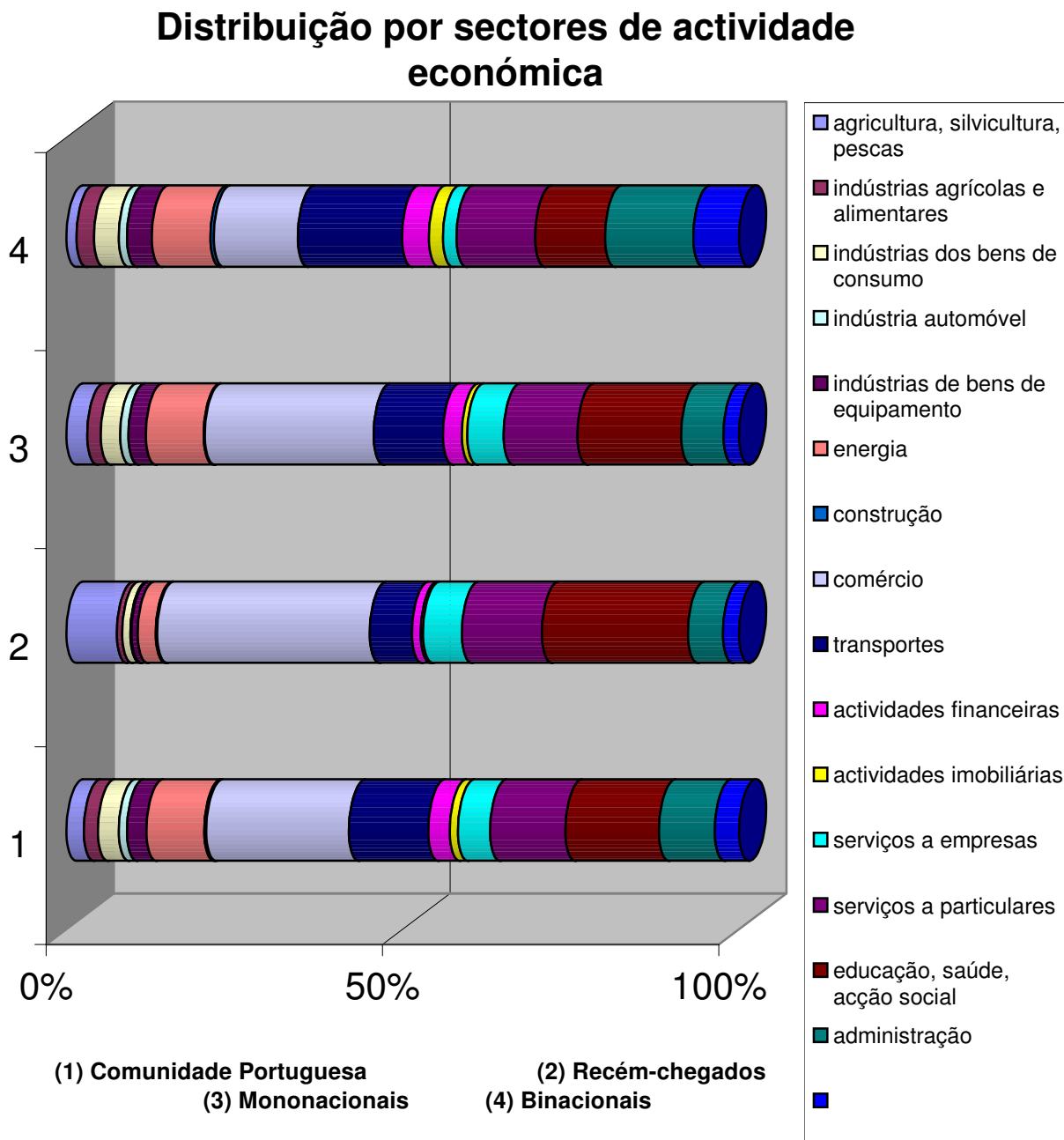
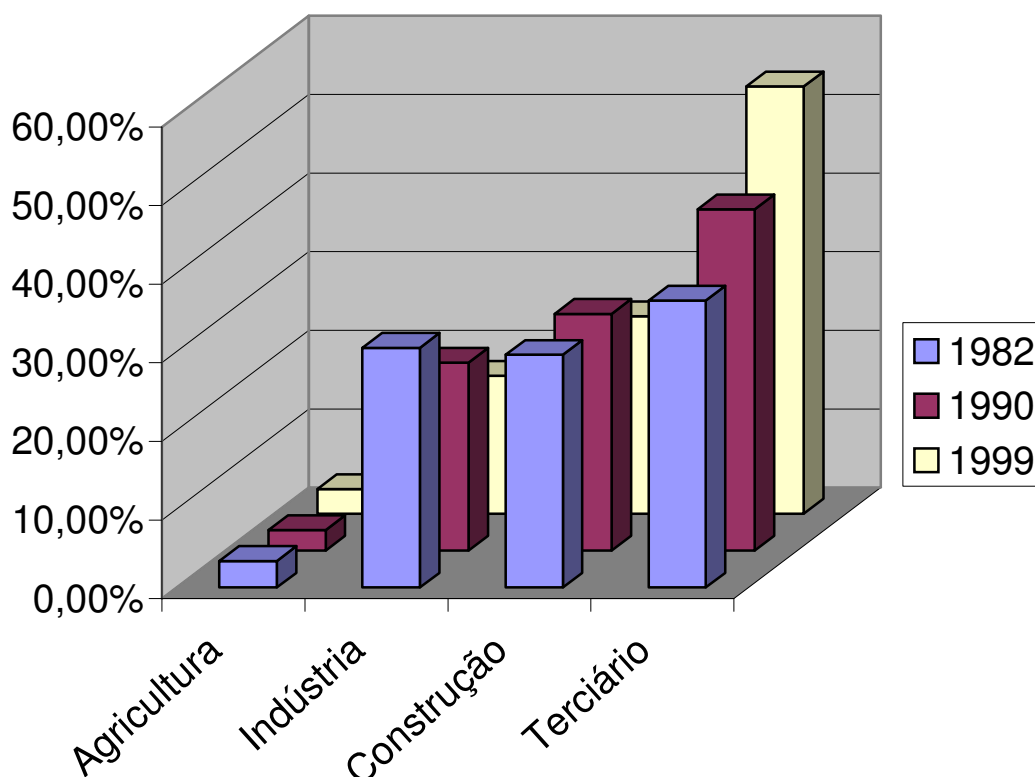


Gráfico 25: Distribuição por sectores de actividade económica: evolução da comunidade (1982/1990/1999)

Distribuição por sectores de actividade económica



12.142 Portugueses, principalmente mononacionais (83,2%) trabalhavam no **sector primário**, que reúne a agricultura, a silvicultura e as pescas, sendo esta mão-de-obra predominantemente masculina (69,8%). Este sector reunia 2,6% da população activa da Comunidade, indistintamente composta por mono e binacionais.

Estes valores referem-se à população activa mononacional em 1982, de 12.100 para uma proporção de 3,4% e passaram a, respectivamente 9.120 e 2,6% em 1990, para em 1999, atinir 10.097 e 3,1%, respectivamente.

O ingresso de 2.562 trabalhadores suplementares, recém-chegados de Portugal (dos quais 7,5% ingressaram nesta CSP), amplificado ainda pelo efeito da inclusão dos binacionais, tende a ocultar o manifesto decréscimo de efectivos.

Sendo a França um dos países de maior produção agrícola da União Europeia, o sector primário reúne apenas 4,1% da população activa deste país, valor ultrapassado no caso dos Franceses de raiz (4,3%), mas claramente inferior para aqueles que adquiriram esta nacionalidade (1,5%). Esta actividade ocupa 3,3% dos estrangeiros, obviamente minoritários no seio dos proprietários e predominantes no operariado agrícola.

A tendência geral observada nos Portugueses consiste num gradual abandono deste tipo de actividade, afastando-se dos estrangeiros em geral e aproximando-se dos Franceses por naturalização, fenómeno relativamente ocultado pela presença no sector de 2.562 mononacionais recém-chegados.

83.539 Portugueses trabalham no **sector secundário**, que reúne 18,2% desta população activa, no seio da qual as mulheres constituem 1/3 (32,3%).

Relativamente aos activos mononacionais, esta percentagem era, em 1982, de 30,5% e em 1990, de 23,9% para diminuir ainda na década seguinte: 17,5% em 1999, apesar do reforço de 1.967 recém-chegados.

Uma análise comparativa das diversas componentes indica que o sector industrial é ocupado por 20,4% dos activos binacionais e 6% dos recém-chegados.

Neste sector, o principal nível de presença é constituído pelas indústrias de bens intermédios, com 39.325 Portugueses e particularmente, a metalurgia, as indústrias ligadas à borracha e à transformação de matérias plásticas e a siderurgia, que no conjunto, mobilizam 8,6% dos activos.

Por ordem decrescente de grandeza, seguem-se as indústrias de bens de consumo, em particular, do têxtil e de vestuário, caracterizada por uma quase paridade entre os dois sexos, e a dos bens de equipamento, onde se observa a situação inversa, o mesmo se aplicando à indústria automóvel.

Na constante diminuição do número de portugueses ocupados na **indústria**, actualmente 18,2%, verificou-se uma quebra para metade em duas décadas, aproximando-os da situação geral observada em França, na população activa (18,4%), nos franceses de nascença (18,4%), nos estrangeiros (18,1%) e nos franceses por naturalização (17,7%).

Os portugueses adaptaram-se à evolução e às transformações do mercado de trabalho, caracterizado por uma importante remodelação da infra-estrutura tecno-industrial, tendo no entanto conseguido, graças à sua importante capacidade de reconversão¹⁴, mantendo-se á margem do desemprego, inversamente ao que se verifica no conjunto dos estrangeiros.

Com um efectivo de 97.539 activos, o **ramo da construção civil** ocupa 21,2% da mão-de-obra Portuguesa em França, sendo a presença feminina extremamente rara: 2,9%.

Uma análise mais detalhada permite apurar que a importância deste sector de actividade varia sensivelmente segundo as componentes da Comunidade, empregando ¼ dos mononacionais (25%), 1/8 dos binacionais (12,5%) e quase 1/3 dos recém-chegados (31,6%).

Cronologicamente, o sector da construção empregava 30,50% dos mononacionais activos em 1982, 30,1% em 1990¹⁵ e 25,1% em 1999, tendo sido a quebra real sensivelmente maior ainda, se não tivesse havido o reforço dos 10.662 recém-chegados.

Embora em perda de frequência, o sector da **construção civil** continua a ser determinante para a mão-de-obra activa portuguesa (21,2%), claramente superior à média observada no país (5,8%) e nas suas diversas componentes, franceses de nascença (5,3%), por naturalização (6,8%) e, com uma diferença menor, estrangeiros (14,7%).

¹⁴ JPB, “*Cadernos do Noroeste*”, Universidade do Minho, 1996

¹⁵ O aumento observado na década de 80 parece provir principalmente da conjugação das regularizações excepcionais decorridas durante o período transitório da adesão de Portugal à UE e da criação de empresas no sector, por parte de Portugueses, ver JPB, “Les Portugais résidant en France”, in *Présence Portugaise en France*, CEMRI, Coleção de Estudos Pós-graduados, Universidade Aberta de Lisboa, 1998.

Tendo em conta a distribuição dos activos por categorias socioprofissionais, torna-se evidente que o ramo da construção e em particular da construção civil continuará no futuro a reunir um grande número de Portugueses, embora cada vez mais qualificados, exercendo responsabilidades acrescidas e funções de enquadramento, sendo também de prever em paralelo, um crescente número de instalações por conta própria, pela criação de empresas, e pela passagem ao estatuto de artesão.

Em 1999, a maioria (58%) dos activos Portugueses de França trabalhava no **sector terciário**, situação inédita na história da presença portuguesa neste país: 266.330 pessoas trabalham no comércio, nos transportes e nos serviços.

Este sector reunia 36,5% dos activos mononacionais em 1982, 43,4% em 1990 e hoje, 53,4%; existe portanto, uma tendência de fundo para a progressão de efectivos, reforçada ainda pelo efeito mecânico da inclusão dos 174.582 activos binacionais.

Inversamente ao verificado nos outros sectores, a presença feminina é mais elevada, oscilando entre minoria, paridade e superioridade numérica, numa diversidade de situações que convém detalhar.

Observa-se uma clara predominância masculina no ramo dos transportes (82%) e embora menor, no comércio (57%), que inclui também as actividades de reparação, de automóveis e de bens vendidos a retalho (electrodomésticos,...).

Os serviços prestados a empresas apresentam uma paridade absoluta, com 50,5% de homens e 49,5% de mulheres.

A preponderância feminina surge nas actividades financeiras (62,5%) e na administração (64,4%), para se acentuar ainda nas actividades imobiliárias (73,3%).

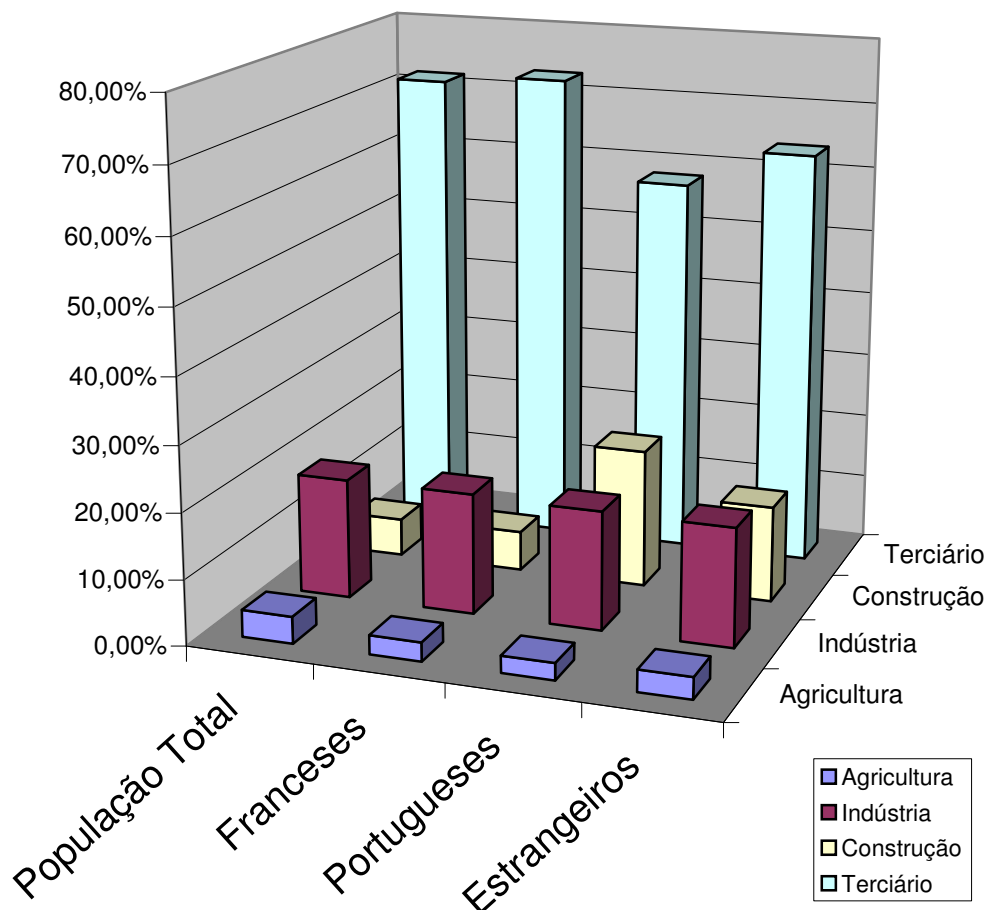
O pessoal de serviços directos a particulares é essencialmente (84,3%) feminino, o mesmo se verificando na educação, saúde e acção social (83,1%).

Também no sector terciário o particularismo português se tem afirmado: este sector reúne 58% dos portugueses e 71,7% da população activa do país, 72% dos franceses de raiz, 74% dos que se naturalizaram e 63,9% dos estrangeiros em geral.

Tudo indica uma tendência para a aproximação dos valores gerais: sendo a diferença ainda marcada, dado que o sector reúne cerca de 2/3 dos activos recenseados em França e pouco mais de metade dos portugueses, convém não esquecer que no início da década de 80, apenas 1/3 dos activos portugueses nele se encontravam.

7.3 COMENTÁRIO

Gráfico 26: Sectores de actividade económica: comparativo entre população total, portugueses, franceses e estrangeiros



A distribuição dos activos da comunidade portuguesa por sector de actividade profissional vem confirmar as tendências observadas nos parâmetros anteriores: mobilidade profissional ascendente, aproximação gradual da situação global francesa, nomeadamente pelo aumento do tempo de escolarização das camadas jovens, da qualificação profissional e da capacidade relacional, determinada por evidentes razões de conhecimento da sociedade, da cultura e da língua francesas.

Verifica-se igualmente se verifica uma importante presença activa feminina, que, inicialmente restringida a cargos de menor responsabilidade, tem vindo a progredir, pelo efeito conjugado de uma mais completa escolarização e da experiência adquirida.

A mobilidade intersectorial continua a caracterizar os Portugueses de França e constitui um parâmetro determinante na resistência ao desemprego¹⁶.

Verifica-se uma tendência para a diminuição da actividade no sector primário, devida à não-renovação dos postos de trabalho ocupados pelos operários agrícolas, hipótese ilustrada pelo desdobramento das diversas componentes, e que confirma a presença actual de 6.380 operários agrícolas mononacionais, quando o correspondente efectivo era, em 1999, de 9.216. O aumento do efectivo devido à instalação por conta própria neste sector não compensará o número de abandonos (aposentação, óbitos,...), tudo indicando que a actividade portuguesa neste sector, actualmente já inferior à verificada no conjunto dos estrangeiros, se tornará a curto prazo residual, à semelhança do verificado nos Franceses por naturalização.

A regular diminuição do número de activos portugueses no sector industrial, que em duas décadas perdeu metade da sua importância, manifesta-se por uma aproximação tendencial destes com todas as outras populações observadas: população activa de França, franceses de nascença, bem como por naturalização e estrangeiros.

O sector da construção civil, não obstante a redução de cerca de um terço da sua importância relativa, emprega ainda 1 Português em cada 5. Este sector engloba grande parte das 2.000 empresas de mais de 10 assalariados e 21.000 artesãos, igualmente recenseados.

A presença portuguesa neste sector é, proporcionalmente, 3,7 vezes superior à situação observada no conjunto da população activa de França, 4 vezes superior à dos Franceses de raiz, 3 vezes superior à dos Franceses por naturalização e ultrapassa de 10 pontos a que se verifica junto dos activos Estrangeiros.

O sector terciário apresenta uma situação contrária a todos os outros, caracterizada por uma evidente progressão; é neste sector que a mão-de-obra portuguesa se tem vindo a investir, tendo o seu peso relativo, passado de um terço em 1982, a mais de metade dos empregos ocupados por trabalhadores portugueses em 1999.

¹⁶ JPB, "Análise demográfica da fracção jovem da Comunidade", Embaixada Paris, Fev 97

No comércio e nos transportes continuam a ser os efectivos de sexo masculino que predominam, verificando-se o inverso nos serviços directos a particulares, nas actividades das áreas da saúde, da educação e da acção social, mas também nas áreas financeira e imobiliária, o que confirma o já referido acesso ao mercado do trabalho de nova geração de raparigas, mais qualificadas.

Relativamente aos serviços directos prestados a particulares, convém sublinhar que esta rubrica inclui os hotéis e restaurantes, bem como as actividades recreativas, culturais e desportivas, nas quais a presença portuguesa tem vindo a aumentar e nos serviços pessoais e domésticos, que tendem a diminuir, demonstra uma tendência ocultada pelo reforço numérico dos 7.339 recém-chegados e pela inclusão dos 14.147 naturalizados, pela primeira vez contabilizados.

Finalmente, poder-se-á avançar uma tendência para a gradual aproximação dos activos portugueses com as outras populações observadas e com a situação global do mercado do trabalho em França, tendo os nossos compatriotas, inversamente ao verificado no conjunto dos estrangeiros, feito a economia de várias gerações assoladas pelo desemprego.

8 CONCLUSÃO

A França atravessou, durante as duas últimas décadas, uma importante mutação tecnológica e industrial, que se repercutiu acentuadamente no mercado do trabalho e se traduziu por uma importante inadequação entre a oferta e a procura de emprego.

Uma importante vaga de supressão de postos de trabalho assolou este país, agravada ainda pelo ingresso na vida activa da geração do “baby boom”, ou seja, os jovens nascidos durante as décadas de 60 e 70.

A inadequação da infra-estrutura técnico -industrial francesa às novas regras do mercado acarretou a supressão de centenas de milhar de empregos, repercutindo-se particularmente na população activa menos qualificada, onde a presença estrangeira é mais elevada.

Neste contexto geral de crise, a população activa portuguesa radicada neste país apresenta características que a distinguem do conjunto dos estrangeiros, tendo inclusivamente resistido melhor ao desemprego que os próprios franceses.

Com efeito, os portugueses apresentam durante as duas últimas décadas uma importante taxa de actividade e uma reduzida taxa de desemprego, situação que decorre da elevada participação feminina e de uma notória capacidade de reconversão profissional, que contribuíram para superar o deficit de qualificação escolar e profissional, frequente nos primo-migrantes.

Apesar deste relativo deficit inicial, linguístico e escolar, os activos portugueses primo-migrantes puderam colectivamente progredir pela via interna nas respectivas carreiras.

Assim, por exemplo, o ramo da construção civil, que em 1982 reunia um português activo em três, emprega actualmente um em cada cinco, apresentando paralelamente uma evidente evolução interna, com 43% de operários não-qualificados em 1982 e 22% em 1999: uma parte aposentou-se e os restantes obtiveram uma qualificação, transitaram para postos de enquadramento e exercício de autoridade, sendo paralelamente nesta actividade que mais se verificaram instalações por conta própria, decorrentes da criação de empresas e instalações na qualidade de artesão e de comerciantes.

De assinalar que os 1.607 agricultores independentes, os 20.866 artesãos, os 6.736 comerciantes e os 1.930 empresários, responsáveis de empresas com mais de 10 assalariados, são, na sua grande maioria, trabalhadores da primeira vaga, ou seja, primomigrantes que conheceram um manifesto sucesso profissional.

A mobilidade profissional ascensional que caracteriza os Portugueses radicados em França é ainda reforçada pelo ingresso no mercado das novas gerações, mais qualificadas escolar e profissionalmente: contam-se actualmente 820 profissões liberais, 3.714 funcionários superiores e membros das profissões artísticas e intelectuais, 8.137 executivos do privado, 10.116 quadros da função pública e assimilados, 17.105 quadros médios do privado e 9.852 técnicos.

É nas carreiras de topo do espectro social que se assiste à mais nítida evolução, de triplicação, quadruplicação e até decuplicação dos efectivos por década, que vem corroborar a tendência de fundo, de progressão contínua, observada em todas as outras trajectórias: 13.506 encarregados e contramestres, 28.414 empregados da função pública, 25.526 empregados administrativos do privado, 19.899 empregados de comércio.

Relativamente à distribuição por sectores de actividade económica, observa-se uma importante progressão no sector terciário, que em duas décadas quase duplicou e passa a concentrar mais de metade dos nossos compatriotas: 58%.

O referido aumento vem compensar uma nítida redução no sector secundário, particularmente na indústria, que em 20 anos, diminui de 30,5%, para 17,5%.

O ramo da construção civil mantém uma forte importância, não obstante a sua redução global, de menos 5 pontos e, principalmente, as mutações internas supra-referidas.

Constata-se finalmente o carácter residual da agricultura que apenas reúne 3% da mão-de-obra portuguesa em França, embora neste sector se verifique igualmente uma mutação interna, pelo acesso ao estatuto de proprietário.

Os elementos analisados permitem afirmar que a efectiva liberdade de circulação no Espaço Comunitário não teve um efeito acelerador nos fluxos migratórios, relativamente constantes durante a década de 90: dos cerca de 50.000 portugueses que se radicaram em França durante a década de 1990, 37.000 são activos.

A supracitada estabilidade da população activa portuguesa em França demonstra claramente que as evoluções observadas se devem aos portugueses radicados neste país há décadas e não apenas ao ingresso no mercado do trabalho da nova geração, nem ao fluxo dos recém-chegados, que vieram instalar-se neste país no quadro da livre circulação no espaço comunitário, a partir de 1992.

Embora o caudal das entradas seja constante e não compense totalmente o das saídas, a sua composição interna alterou-se, devido ao crescente número de trabalhadores qualificados, recentemente vindos para França: 25 profissões liberais, 87 grandes e médios empresários, 626 executivos e funcionários superiores, 826 quadros médios, 325 comerciantes e 931 artesãos.

É no entanto importante referir que esta evolução não deve ocultar a persistência de um fluxo de chegadas composto por activos não-qualificados, que têm vindo a ocupar os postos de trabalho gradualmente libertados pelos primo-migrantes chegados a França nas décadas 60/70, e que entretanto se requalificaram profissionalmente, mudaram de estatuto ou se reformaram.

Igualmente se confirma na população activa, a tendência para o envelhecimento natural da população¹⁷, que se manifesta pela crescente fracção de aposentados, acompanhada pela já assinalada quebra de efectivo das categorias sócio-profissionais que requerem uma menor qualificação, escolar e profissional.

Este envelhecimento natural da população não deixará de acarretar, como anteriormente referido, algumas situações de precariedade económica, determinada pela modicidade das pensões de reforma correspondendo a carreiras profissionais incompletas, acrescidas em França por fundos sociais que não são exportáveis.

Relativamente à fracção jovem da população activa portuguesa radicada em França, é patente o aumento da qualificação, consequência do gradual prolongamento do tempo de escolarização.

Convém assinalar que o aumento do tempo de escolarização, sendo patente no secundário¹⁸, não é repercutido nas estatísticas do Ministério da Educação francês relativas ao ensino superior e universitário, já que a grande maioria dos jovens nele ingressam após a obtenção da nacionalidade francesa, sendo o respectivo efectivo contabilizado nesta rubrica.

No entanto e inversamente ao que se verifica em França para o conjunto da população activa, os jovens portugueses foram, simultaneamente, os mais poupados pelo desemprego e os menos escolarizados nas décadas 70/80, sendo este aparente paradoxo devido à eficácia dos circuitos intracomunitários de solidariedade profissional e a uma excelente mobilidade intersectorial, conforme demonstrado pelos investigadores Jean-Luc Richard¹⁹ e Patrick Simon²⁰

¹⁷ JPB, “Comunidade Portuguesa radicada em França em 1999”, Embaixada Paris, Setembro de 2001

¹⁸ JPB, « Escolarização dos Portugueses em França », Embaixada Paris, 1992

¹⁹ Richard, Jean-Luc, « Partir ou rester ? Destinées de jeunes issus de l’immigration étrangère en France », Paris, *Presses Universitaires de France*, 2004

²⁰ Simon, Patrick, “ France and the unknown second generation: preliminary results on social mobility”, *International Migration Review*, nº37-4, 2003

As razões que tradicionalmente levavam uma significativa fracção destes jovens ao ingresso precoce na esfera profissional prendiam-se com o projecto de regresso familiar imediato e a subestimação da importância da escolaridade nas trajectórias profissionais, parâmetros hoje ultrapassados.

Nesta perspectiva, há todo o interesse em sensibilizar estes activos, para a utilidade dos diversos sistemas e mecanismos de formação profissional, sob pena de assistir a uma parcial reprodução profissional: efectivamente, se o ingresso precoce no mercado do trabalho constituiu uma estratégia de resistência ao desemprego coroada de sucesso, convém consciencializar os interessados de que, não recorrendo a estas possibilidades, correm o risco de rapidamente ver limitadas as suas hipóteses de ascensão profissional, situação que não se encontra necessariamente em correlação com os montantes remuneratórios, mas antes com a evolução do estatuto socioprofissional: em França, um canalizador especializado auferia um salário superior ao de um professor do ensino secundário.

Verifica-se igualmente através dos presentes dados, que Portugal continua a atrair parte dos jovens mais escolarizados, na perspectiva da integração na esfera profissional, bem como para terminar percursos escolares de elevada qualificação, nomeadamente mestrados e doutoramentos.

Efectivamente, o supra-referido “movimento pendular” não se resume aos aposentados: é notória a existência de fluxos compostos por activos, nomeadamente animados por um projecto de criação empresarial, de estudantes universitários e de jovens recém-formados.

Obviamente, esta população “itinerante” constitui um excelente factor de aproximação entre os dois povos e principalmente uma fundamental mais-valia no plano económico: Portugal dispõe de milhares de agentes dinâmicos, com um potencial protagonismo na área financeira, cultural e social e com qualificações cada vez mais elevadas. A França, pelo seu lado, dispõe de uma significativa reserva de agentes difusores francófonos em Portugal, onde a prática desta língua tem decaído continuamente desde os anos 80.

O conjunto dos elementos analisados interpela directamente o conceito de “comunidade portuguesa”, já que dos diversos comparativos sobressai uma forte correlação entre aqueles que são unicamente portugueses, mononacionais e os que adquiriram a nacionalidade francesa, ou binacionais, equidistantes dos “franceses”, inclusivamente quando desdobrados em “franceses de nascença” e “franceses por aquisição”.

Como inicialmente referido, a pertinência científica deste conceito constitui uma questão de fundo que a presente análise não pretende, de forma alguma, equacionar: é convicção do autor que se impõe uma reflexão epistemológica e pluridisciplinar, isenta de ideias preconcebidas e de estereótipos, livre de lógicas e ideologias nacionais.